



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 9463/18 - DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0228/18	DATA: 02/05/2018	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 18h24min	PÁGINAS: 75

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ILDO WILSON GRUDTNER - Secretário-Adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético — ILUMINA.
--

SUMÁRIO

Debates sobre os impactos da desestatização sobre as tarifas de energia elétrica.

OBSERVAÇÕES

Houve exibições de imagens. Há palavra ou expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, que regulamenta a desestatização da ELETROBRAS.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 8ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Peço dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Dispensada a leitura, a pedido do Deputado Junior Marreca.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Muito obrigado pela colaboração dos dois Deputados presentes.

Esta reunião ordinária foi convocada para, em audiência pública, debatermos os impactos da desestatização sobre as tarifas de energia elétrica, com a exposição dos Srs. Ildo Wilson Grudtner, Secretário-Adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Roberto Pereira D'Araujo, Diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético — ILUMINA.

Convido os Srs. Ildo e Roberto a tomarem assento à mesa, com muita honra para esta Casa. *(Pausa.)*

Quero agradecer a contribuição do Deputado Arlindo Chinaglia e do Deputado Junior Marreca. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Roberto Pereira D'Araujo. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido aos expositores será de 10 minutos prorrogáveis, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 5 minutos para interpelar os expositores.

Concedo a palavra o Sr. Ildo Wilson Grudtner. *(Pausa.)*

Há algum inconveniente de o Dr. Ildo ter um assessor com ele?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - De maneira nenhuma! É bom ele consultar os universitários.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado.

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Boa tarde a todos.

Dentro da proposta de desestatização da ELETROBRAS, nós vamos mostrar aqui os impactos tarifários, o resultado de simulações efetuadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que é a responsável e tem a competência de efetuar esses cálculos tarifários.

São pontos bem rápidos, bem sucintos, já que a minha ascendência germânica não me permite falar muito.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, o primeiro impacto é decorrente de ingressos de receitas na CDE. Como os senhores sabem, está previsto no projeto de lei que uma parcela significativa do valor adicionado será repassada para a CDE. Nas simulações efetuadas foram considerados ingressos de dois montantes: 800 milhões ou 2 bilhões.

Se os senhores observarem, o impacto tarifário, considerando o sistema como um todo, o sistema interligado nacional, teria uma redução da ordem de 0,61%, considerando ingressos de 800 milhões; no Norte e Nordeste, 0,15%; e no Sudeste e Centro-Oeste, 0,79%. Por que essa diferença entre os subsistemas em decorrência de a arrecadação da CDE ser diferenciada? Ela tem um prazo em que vai haver essa equalização.

Se considerarmos agora o ingresso da ordem de 2 bilhões, nós teríamos uma redução da ordem de 1,11% no sistema interligado; 0,37% no Norte e no Nordeste e cerca de 1,98% no sistema Sudeste e Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O que é CDE?

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Conta de Desenvolvimento Energético.

Outro impacto decorre da extensão do prazo para o pagamento dos ativos não amortizados da famosa Rede Básica do Sistema Existente — RBSE. Então hoje, considerando o custo do capital próprio e o pagamento em 8 anos, como está previsto, teremos um acréscimo na tarifa da ordem de 6,86%. Ao se considerar o



Weighted Average Cost of Capital — WACC, ao invés de custo do capital próprio, e sendo o pagamento estendido para 30 anos, esse impacto passaria a ser de 4,59%. No processo de estatização, isso é uma condição. Então, nós teremos uma redução efetiva da ordem de 2,27%.

Lembro que essas simulações foram efetuadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Um terceiro impacto é o decorrente da descotização das usinas hidráulicas. Como os senhores sabem, a ELETROBRAS possui um conjunto de 14 usinas. E nós temos, então, a questão da descotização passando para a condição de produtor independente.

De forma bem sucinta, se considerarmos que essa energia das usinas hidráulicas passa a ser recontratada a um valor da ordem de 250 reais por megawatt/hora, em vez do preço das quotas, teríamos esses impactos colocados na tela: 2019, cerca de 1,9%; 2020, 3,9%; 2021, 5,8%.

Outro impacto decorre do reposicionamento das tarifas da transmissão por ganhos de eficiência ao se desestatizar a empresa. A Agência fez um cálculo, e o impacto médio seria da ordem de 0,11%. Ressalto que esse impacto não é imediato e leva um tempo para acontecer. E, de forma resumida, teríamos esses impactos na questão da tarifa.

Considerando aquele ganho da eficiência da transmissão, ele ainda não apareceria em 2019. Os ganhos decorrentes de receitas à CDE, nos dois cenários: o ingresso de 800 milhões ou o de 2 bilhões. Os ativos antigos não amortizados teriam redução de 2,27%; a descotização, de 1,9%. E teríamos uma redução na tarifa entre 0,98% e 1,48%. Em 2021, os cálculos são similares, só muda a questão da descotização. Poderíamos ter um acréscimo na tarifa de 2,92% a 2,42%. Esses são os impactos que ocorreriam.

É claro que não há uma precisão absoluta com relação a esses números, já que existe uma série de condições que deveriam ocorrer para se verificarem esses números. Mas eles dão uma ideia dos impactos decorrentes da estatização da empresa nas tarifas para o consumidor final.

Este gráfico aqui é só para mostrar aos senhores como tem se comportado a questão das quotas. Neste gráfico, em alguns meses do ano de 2017, o custo global



das quotas chegou a 235 reais o megawatt/hora. Portanto, são aqueles cálculos efetuados pela agência, em que foram considerados valores da ordem de 38 reais o megawatt/hora. O custo médio das quotas, em 2017, foi da ordem de 140 reais o megawatt/hora, já que eles agregam todo o risco hidrológico na conta.

Por último, temos aqui o custo da energia comprada nos últimos leilões. No leilão de energia existente, o A-1 e o A-2, que é a energia a ser entregue no ano seguinte e 1 ano à frente, são, respectivamente, da ordem de 177 reais e 174 reais o megawatt/hora. Quanto à energia nova, nós temos uma variação bastante grande dependendo da fonte, partindo da menor, de 108 reais o megawatt/hora, até a maior, de 234, no caso de energia nova a ser entregue 3 anos à frente, que é o A-4. Depois, o A-6, também não muito diferente: a de menor valor parte de 98 reais, e a de maior valor, 218 reais o megawatt/hora.

Senhores, esta é a nossa apresentação, que mostra, de forma bem sucinta, os impactos nas tarifas aos consumidores finais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Roberto Pereira d'Araujo, para suas considerações.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Vou começar dizendo que, diferentemente do lido, eu vou falar um pouquinho do passado, porque não me sai da cabeça como nós conseguimos discutir a privatização de uma empresa pública, ou a venda de qualquer empresa, sem examinar o ambiente em que ela esteve envolvida. Por isso do título da minha apresentação *Tarifas e ELETROBRAS: Duas Vítimas do Modelo Mercantil*.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós precisamos sair um pouco de casa, andar pelo bairro para saber o que aconteceu nos últimos anos e ver qual foi o papel da ELETROBRAS e o nosso, como consumidores, na implantação desse modelo. Basicamente, a minha opinião mesmo está aqui nessas três frases. De resto, quem vai ser eloquente são os números. Quem quiser contestar o que eu vou dizer vai ter que apresentar outros números. A minha visão é esta: nós estamos prestes a privatizar uma empresa sem saber o que aconteceu com ela e por que ela chegou a esse estado?



Desde 1995, além dessa privatização, nós aplicamos um modelo de mercado no Brasil totalmente incompatível com o sistema físico, e ele tem trazido uma série de razões para o aumento tarifário. Eu vou mostrar isso aqui.

A terceira questão é essa visão, parece-me, às vezes — e não estou dizendo que é aqui —, de pessoas que acham que se deve privatizar tudo porque o Estado brasileiro não tem jeito. Eu já escrevi um artigo sobre isso chamado *O brado da desistência*, em vez de ser “o brado da resistência”, ou seja, desiste-se do Estado, que não pode ter uma estatal, porque ele acaba levando a estatal por um caminho que não é público. Ora, se examinarmos os outros países que têm contrato de gestão entre o Estado e as empresas, perceberemos que isso é simplesmente escrever frases em papel.

O Donald Trump não consegue retirar um diretor da Tennessee Valley nem da Bonneville Power. Ele não consegue impor um projeto a uma empresa dessas sem que seja aprovado pela parte técnica interna. Portanto, parece-me que essa questão toda se resume à vontade política.

Primeira questão: eu fiquei surpreso em ver que há pessoas que acham que o setor elétrico brasileiro não é privado! O setor elétrico brasileiro já é majoritariamente privado. Aqui temos a participação da ELETROBRAS na geração, que é só de 31% e, apesar de grandes, reparem que 80% das linhas de transmissão da ELETROBRAS estão sob o regime de O&M. E o que é esse regime de O&M? É quando se cobra apenas o custo de operação e manutenção. Ou seja, se a tarifa brasileira é alta, a responsabilidade não pode ser da ELETROBRAS!

Foi muito citada nas outras palestras essa visão de que os países que têm base hidroelétrica como a principal fonte da matriz não privatizaram. Eles não privatizaram e não montaram *corporations*. Essa é a grande diferença! Reparem que a Noruega, o Brasil e o Canadá são os países onde a hidroeletricidade ocupa um grande percentual da sua matriz elétrica. E não é só questão de dizer que é porque há outros usos de reservatórios. É energia mesmo! As empresas norueguesas e canadenses não são *corporations*.

Fiquei abismado com essa discussão de que o setor americano é privado. Se nós olharmos assim, ele é privado. É só virarmos a página aqui e veremos que, em termos de capacidade, a maioria dos megawatts americanos são do Estado e não



são *corporations*. E foi mais do que repetido que até o Exército americano está envolvido nisso.

Agora, vamos ver o que aconteceu com a evolução da tarifa de energia elétrica no Brasil. Esta aqui é a tarifa média da indústria, mercado cativo, de 1995 a 2017: 130% de aumento acima da inflação! O Brasil sabe qual é a sua tarifa média industrial? Não, porque uma parte da indústria está no mercado livre, que não revela quanto compra nem quanto vende. Vou dizer isso aqui.

Este círculo azul mostra o seguinte: como é que nós tínhamos uma tarifa tão baixa e não tínhamos tantos problemas, até com as empresas? Porque aqui nós usávamos o velho custo de serviço, que não é nada complicado. É a mesma coisa que os Estados Unidos aplicam: *rate of return regulation*, ou seja, você amortiza os ativos dentro das empresas não retirando as usinas ou as linhas das empresas. E esta aqui é a tarifa média residencial. Claro que é menor o aumento, porque tem a entrada do baixa renda, do Luz para Todos, e a tarifa média é realmente baixa. Mas quem tem um consumo acima dos 100 kilowatts/hora vai perceber que esse aumento é muito maior do que os 50% acima da inflação.

Comparações internacionais.

O Brasil hoje, mesmo com a intervenção da Medida Provisória nº 579, tem a quinta tarifa mais cara do mundo. Acima dela, estão Dinamarca, Alemanha, Portugal e Irlanda. E, comparado com os países que têm semelhanças físicas, o Canadá e a Noruega, nós pagamos o dobro.

Na comparação entre cidades — e pode-se conseguir essa informação na página da Hydro-Québec —, só há duas cidades norte-americanas que cobram mais caro que o Rio de Janeiro, que são Nova Iorque e São Francisco. Outra vez, entre sistemas semelhantes fisicamente, conforme visto aqui embaixo, nós pagamos o triplo. Ou seja, podemos esquecer esse negócio de imposto, de dólar, porque, mesmo que mude, nós continuamos com os preços lá em cima.

Algumas razões para esses aumentos.

Vemos aqui que, na época do racionamento, a queda da carga foi muito violenta. Ela continuou crescendo, mas 15% abaixo. Portanto, a receita das distribuidoras diminuiu. E, para fazer o equilíbrio financeiro das distribuidoras, houve aumentos de 30% e de 20%. Reparem estes dados aqui.



Temos ainda o negócio do *self dealing*, que foi criado para, na crise do racionamento, contratar usinas próprias e térmicas para enfrentar a possibilidade de racionamento. E não adiantou. Na realidade, aconteceu o racionamento.

Logo depois, veio a descontratação dos contratos iniciais. E aí a vimos coisas que, para mim, como brasileiro, causam vergonha. Quer dizer, o Brasil descontratou energia mais barata hidráulica para contratar energias mais caras térmicas, com aumentos da ordem de 170% a 181%.

Aqui eu apresento a cronologia dos encargos que surgiram depois da adoção desse modelo mercantil. Eu não vou explicar tudo, mas, se quiserem, explico todos eles. Existem custos do modelo; existem custos temporários — que aconteceram, foram pagos, mas depois sumiram —; existem subsídios e existem custos compensatórios.

Ou seja, quem não pergunta o que aconteceu e se vai ou não haver mais aumentos tarifários em função disso não está entendendo essa história e o papel que a ELETROBRAS teve.

Essa é a única coisa para a qual vou chamar a atenção: energia de reserva. Nós temos uma coisa chamada “energia assegurada”, ou “garantia física”; só que esse é um número inventado para um modelo matemático. Ele não é físico, nem garantido. E nós, para cobrirmos as deficiências desse sistema, inventamos uma energia de reserva.

Nós pagamos, desde 2008, quando foram inventados esses leilões, 150 bilhões de reais. Ou seja, não adianta ter um contrato no Brasil, porque você tem um encargo para cobrir a diferença da energia assegurada, mas ela não consegue... Eu vou mostrar isso aqui. A garantia física brasileira está superavaliada, e para isso inventou-se essa “energia de reserva”. Imagine uma coisa chamada “garantia física”, mas, ao mesmo tempo, precisa-se também de uma energia de reserva.

Enquanto tudo isso aí ocorria, o que acontecia no mercado livre? Esse é o nosso preço *spot* no mercado livre. Eu duvido que alguém ache algum preço de algum mercado livre no mundo onde haja variações de 12.000% ou de 7.000%.

Esse é o nosso famoso “preço de liquidação de diferença”. Eu estou chamando a atenção aqui porque o único pico que aconteceu desse ponto para lá foi



o susto que nos deu a Bolívia, quando o Evo Morales ameaçou cortar o gás do Brasil. Foi o único.

Isso aqui é uma comparação do nosso custo de curto de prazo com o de outro mercado com custo de curto prazo, que vende a mesma mercadoria: megawatt/hora. Refiro-me ao Nord Pool, que é o mercado mais velho do mundo, entre Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia. Reparem que ele é muito mais estável do que o nosso. Nenhum mercado de energia no mundo comporta-se como o nosso. Apesar disso, não fizemos nada.

Isso é caro ou é barato? O que é caro e o que é barato? Nós podemos comparar o preço praticado no mercado livre — por volta de menos de 100 reais durante 10 anos — com o que pagamos pelo quilowatt residencial, por exemplo.

Reparem que houve momentos em que o residencial pagava 40 vezes mais do que o preço de liquidação de diferença. Duvido alguém encontrar, no mundo, algum lugar onde aconteça isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Mais do que o quê?

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Mais do que o preço de liquidação de diferença.

As coisas são complicadas. No Brasil existe um número que significa “preço de liquidação de diferença”. Vou dar um exemplo: uma térmica, que é cara e está contabilizada na oferta, não gera. Ela liquida a sua não geração pagando o preço de liquidação de diferença. Então, ela pode comprar e pagar, digamos, 25 reais por megawatt/hora e fazer um contrato de curto prazo vendendo para alguém por 50 reais. Então, ela ganha 100%. Alguém que esteja no mercado livre pode comprar essa energia por 50 reais, enquanto nós estamos pagando por volta de 300 reais.

A pergunta é: existe transparência dentro do mercado livre? Não. Ninguém sabe quanto alguém compra. E tem mais: não se sabe o perfil desses contratos. Às vezes, existem situações de grande hidrologia em que o mercado livre praticamente gira no mensal. Eu não estou demonizando o mercado livre, estou dizendo que nós montamos um sistema em que as vantagens das hidrologias exuberantes ou as vantagens das sobras são capturadas nesse mercado, e o resto paga caro.



Isso aqui é a explosão que aconteceu do mercado livre. Esse número é a quantidade de consumidores. Aqui é a mesma coisa. E isso aqui é o que eles admitem de lucro, ou seja, 70 bilhões de reais de lucro em cima do mercado cativo.

Quantas novas usinas foram construídas para esse mercado livre, que representa 25% da carga brasileira? Repito: 25% do consumo brasileiro estão no mercado livre. Quantas usinas novas foram construídas para atender esse mercado? Nenhuma. Nenhuma usina foi construída. Claro, se me colocam em uma situação em que eu possa ficar comprando mês a mês, ou então que eu possa fazer um contrato de 2 anos, para ver se as fluências estão boas, porque aí eu compro mais barato, eu não vou construir usina nova.

Na realidade, o mercado livre veio pegar carona no mercado cativo. Nós contratamos as usinas de longo prazo, e eles entram como carona. Por exemplo, Belo Monte, quando foi construída, não conseguiu vender nem sequer 1 megawatt no mercado livre. Chegou-se ao ponto de imaginar que a ELETROBRAS, minoritária, seria obrigada a comprar energia no leilão. E, se fosse corrigido, o preço de hoje seria mais ou menos 180 reais por megawatt/hora.

Várias usinas foram construídas no Brasil com a suposição de vender no mercado livre, mas não conseguiram, porque aquele esquema de preços baratos é um desincentivo a alguém a fazer contrato de longo prazo.

E como é o consumo de energia elétrica no Brasil? Está aqui a evolução: o racionamento, a queda e a subida. A cada ano nós precisamos de 2.200 megawatts/hora médios adicionais. Só para se ter uma ideia, a usina de Furnas gera 500 megawatts/hora médios. Isso é o que precisamos adicionar todo ano.

Evidentemente, com um mercado livre que não está animado para construir novas usinas, nós vamos ter que arranjar outro problema.

E qual foi a evolução desse suprimento e da sua garantia? Reparem bem: isso aqui é 2004. Aqui está a garantia, ou seja, o máximo que se pode oferecer. Aqui está a carga, o consumo. Esse consumo vai se aproximando da garantia; ele encosta na garantia e atinge o limite. Agora, outra vez, ele se afasta da garantia.

Reparem e estagnação da carga. Estamos hoje consumindo a mesma coisa que consumimos em 2014 e continuamos com os reservatórios vazios — vejam bem.



Por que isso aconteceu? Isso tem muito a ver com o risco hidrológico. Como é que foi a expansão do setor nesse sistema? Este aqui é o leilão de térmicas, em que se apresentaram 56% de térmicas a óleo combustível. Nós fizemos uma expansão, o que mudou praticamente toda a maneira como nos expandíamos. Contratamos muitas técnicas caras.

Aqui há uma ideia de que a capacidade térmica dobrou. De 2006 até 2012, ela dobrou.

Esta aqui é a participação das técnicas no atendimento a nós mesmos, por volta de 10%. E aí há uma grande coincidência, o que até hoje os meus amigos do ONS tentam me explicar, mas eu não consigo entender. Logo depois da MP 579, a carga passou a ser atendida por 20% das térmicas. Isso nos causa espanto.

Como é que essa reserva integrada evoluiu? Aqui está a quantidade de meses de consumo que nós conseguimos acumular no reservatório. Quando estamos com os reservatórios cheios, conseguimos acumular uns 5 meses. O País é recordista nisso.

Não há nenhum país no mundo que tenha a capacidade de guardar em água o que consome em 5 meses. Isso foi o que aconteceu depois de 2012. Agora, nós estamos, mais ou menos, com menos de 2 meses reservados. Isso mostra o seguinte: não estamos mais conseguindo encher os reservatórios. E aí vão dizer que a culpa é de São Pedro. Eu vou mostrar que não. A única hidrologia grave é a do São Francisco. O que está acontecendo lá nunca aconteceu. No Sudeste, no Norte e no Sul, é mentira que isso aconteça.

Todo mundo imagina que as usinas térmicas ajudam a preservar os reservatórios. Quando se liga uma térmica, para-se de gastar água, aí a situação melhora? Não. Se a usina térmica é cara, o ONS só vai ligá-la num certo momento, quando já tiver gasto muita água. Portanto, parte do que nós estamos atribuindo a São Pedro é devido à nossa expansão. Nós contratamos muitas térmicas caras. A partir daí, estamos comprometendo energia hidráulica. Esse esvaziamento nos últimos 7 anos não se deve só a São Pedro.

Entro aqui num assunto sobre o qual tentei fazer um artigo. Em vez de colocar Generation Scaling Factor, chamei de Generation Shaming Factor. Isso é uma vergonha! O Brasil criou o risco hidrológico para uma usina.



Uma usina hidroelétrica no Brasil não pode calcular o risco hidrológico, que tem questões planetárias. Só alguém que está lá em cima vendo as Regiões Sul, Sudeste e Norte pode calcular o risco hidrológico. Uma usina não consegue fazer isso. Seria como exigir dos donos das eólicas que calculassem o risco de não haver vento. É claro que isso não é tão grave, mas, no Brasil, como os nossos reservatórios estão diminuindo em relação ao consumo, aquela segurança que tínhamos de ter água diminuiu. Portanto, essa exigência é um absurdo.

Vou mostrar a situação para os senhores em números. Esta aqui, a vermelhinha, é a tal da garantia física das térmicas, e isto aqui é o que elas geraram. Toda esta área cinza foi gerada por usinas hidráulicas.

De 2005 até 2013, parte da energia, que é calculada como oferta das térmicas, foi gerada pelas usinas hidráulicas. Entendam isso. Por isso, nós estamos com os reservatórios vazios.

Há outra coisa incrível. Eu não conheço nenhum sistema em que saldos não compensem déficits, mas o Brasil inventou um sistema onde o déficit, que é o GSF... Aqui está o risco hidrológico, parte do aumento tarifário, 368 gigawatts médios. Mas, antes, as hidráulicas produziram um saldo de 253 gigawatts médios. Perguntem se se compensou isso com aquilo. Não. Isso foi vendido a preços baixíssimos no mercado livre.

O mercado livre se aproveita de sobras ou de exuberâncias hidrológicas e não compensa o déficit. Bastava criarmos uma taxinha extra para, pelo menos, pagarmos um pedaço. Isso continua; nada disso está desarmado.

Então, dois grandes dilemas surgem, porque o mercado livre não alavanca investimentos: dados oficiais indicam que a garantia de suprimento está esgotada — eu mostrei isso —, e, num sistema único, quando alguns pagam pouco, outros têm que pagar muito.

Como resolver isso? Bom, se uma parte da carga não faz investimento de longo prazo, chama-se quem? A ELETROBRAS. Para fazer o quê? Sociedades de propósito específico. Olhem a quantidade! As pretas são as usinas; as vermelhas são as linhas; e as azuis são as eólicas. É uma quantidade monstruosa em que a ELETROBRAS é minoritária.



A minha grande pergunta é: onde está esse setor privado pujante, independente do Estado, que não precisa de parcerias com a ELETROBRAS para fazer com que o Brasil tenha energia elétrica? Eu não o conheço. Se há um setor privado disso, até aqui ele demonstrou o contrário.

Essa é a participação da ELETROBRAS só em 4 anos. Reparem que, se não fosse a participação da ELETROBRAS aqui, com certeza nós já estaríamos em racionamento.

O que nós fazemos com a explosão tarifária? Culpamos exclusivamente as usinas “amortizadas”. Vejam, o princípio da MP 579 está correto. Usinas antigas não podem cobrar a mesma coisa que usinas novas. Por quê? Porque investimento de uma usina hidrelétrica, basicamente, é só barragem. Se o investimento é só barragem, a não ser que haja um terremoto, ela não é destruída. Portanto, não se poderia cobrar. Claro. Mas a dose aplicada foi absurda.

Isso aqui é nota técnica da ANEEL. Reparem: tarifa menor do que 3 dólares/megawatt-hora. Eu faço um desafio a alguém que consiga encontrar usinas no planeta que vendam energia no longo prazo por menos de 3 dólares/megawatt-hora.

Aqui há outro engano. Quando se diz que nós pagamos uma tarifa, das cotizadas, de 20, 30 ou 40 reais, esquece-se o seguinte: a receita líquida da usina é só isso aqui. Mas há tudo isso aqui: uso de transmissão, adicionais de receita, bens não reversíveis, conexão, taxa de fiscalização, uso da distribuição.

Esses são dados da usina de Itaparica, da CHESF. A RAG nós vamos pagar, 25 reais, mas a GAG, que é a receita da usina, é 10 reais.

Faço um desafio: arranjem uma usina no planeta que venda energia a esse preço.

Se a tarifa permanece alta, mesmo com parte da energia quase de graça, eu fico abismado ao perceber que ninguém se interessa em saber por que ela aumentou!

Há quatro erros graves na medida provisória, apesar do princípio estar correto. O primeiro foi a dose excessiva, valores inéditos no mundo.

O segundo é que se isentaram todos os outros fatores no aumento tarifário. Quando se diz que a tarifa brasileira está cara, porque as usinas não foram



amortizadas é como dizer: *“Olha, pode ficar tranquilo, porque a ELETROBRAS vai resolver isso”*.

O terceiro é que extraíram as usinas das empresas. Esse é um dos pontos mais importantes: 30% das usinas da ELETROBRAS, ativos que rendiam para a ELETROBRAS, saíram da ELETROBRAS e agora são compostos por custo direto. Eu pergunto: e o CEPEL? Quem mantém o CEPEL? O CEPEL era mantido pelas tarifas da ELETROBRAS.

Para tirar as usinas da empresa e esquecer a administração, tem-se que fazer o seguinte: se cortar 30% dos ativos, tem que cortar 30% da administração também. Ninguém teve coragem de fazer isso, porque a ELETROBRAS, na realidade, não é uma fábrica de quilowatt/hora, ela tem outras atividades.

E o quarto e mais grave é que se anulou a capacidade de autofinanciamento do setor. Se olharmos como os Estados Unidos fazem isso, observamos que eles não tiram as usinas privadas de empresas privadas. Eles fazem o velho regime de serviço pelo custo. Está amortizado? Então, a tarifa da empresa cai, mas todo o esquema de relação da administração com a usina continua. Era o que nós tínhamos no passado e nós desmontamos isso.

Eu pergunto: ninguém sabia o que ia acontecer? Está aqui o que aconteceu: o valor da ELETROBRAS caiu 70%; o retorno sobre o capital investido foi negativo 13%; o retorno sobre o patrimônio líquido foi negativo 20%.

A minha dúvida é a seguinte: no setor elétrico brasileiro, ninguém sabia que ia acontecer isso? Esses números não são viáveis para todos, inclusive para os privados, de modo a gerar um problema desses numa empresa do tamanho da ELETROBRAS? Isso é destruir o setor elétrico.

Qual foi o papel da ELETROBRAS nessa trajetória? Quem é ineficiente?

Agora, vou fazer um resumo do que aconteceu.

Reparem, em 1998, a ELETROBRAS absorve as distribuidoras que o setor privado não quis contratar. Aqui, a ELETROBRAS teve investimentos contidos. Lembro-me da linha entre Paraná e São Paulo, que acabou piorando a situação do racionamento. Racionamento da queda de carga, a ELETROBRAS descontratada. O que aconteceu depois? A ELETROBRAS gerou energia sem vender. Na verdade, quem patrocinou a explosão do mercado livre foi a ELETROBRAS. Aí, contratação



de térmicas caras, com a ELETROBRAS minoritária em parcerias. A MP 579 isentou os motivos da exploração tarifária. Em vermelho, estão aqui todas as armadilhas que foram criadas e que quebraram a ELETROBRAS. Não foi só com a MP 579, não! Isso foi desde aqui. *(Aponta para imagem.)*

E agora, apesar da estagnação da carga, esse General Scale Factory — GSF vai ser uma conta que nós vamos pagar sem perceber, porque, na realidade, vão esticar os períodos de concessão para que não haja aumento de tarifa e você pague mais, claro. Ou você paga mais agora, ou você paga mais prestações. É o que vai acontecer.

Tem solução? Acho que tem solução. Aqui, estão os valores. Aqui, é o que se paga, a RAG — Receita Anual de Geração. Aqui está a receita líquida da usina. Estou até abismado que sejam 250 dólares, porque eu pensei que eram 200... Pelo faturamento do bruto das usinas, mais ou menos, são 13,5 bilhões de reais por ano. E nós estamos agora com um faturamento menor do que 1 bilhão de reais. Para não haver aumento tarifário, temos que arranjar um milagre que gere 12,5 bilhões de reais por ano, isso se o GSF não for desmontado. Se persistir o risco hidrológico, nós vamos continuar pagando. Espero ter mostrado que São Pedro não é o único responsável por isso.

Eu tive que colocar esse quadro, por causa dessa história de dizer que a ELETROBRAS é ineficiente. É só analisarmos aqui os dados das empresas, quais são as empresas, número de empregados, capacidade instalada e dividirmos um pelo outro. A ELETROBRAS, mesmo com as distribuidoras, é a empresa que tem menos empregado por megawatt/hora.

Para mim, ineficiência é isso aqui. *(Aponta para imagem.)* Isso aqui é ineficiência. Essa aqui é a imagem que vemos em todas as cidades brasileiras.

Bom, nem preciso mais falar, mas essa é a nossa experiência com privatizações. Nós privatizamos empresas nos Estados, empresas de Telecom, no total: 105 bilhões. O que aconteceu? A dívida pública pulou de pouco mais de 30% do PIB para quase 80%. Ficou mais ou menos estável e, agora, está crescendo outra vez. Eu acho que privatizar não vai ser a saída para o Estado brasileiro. A nossa experiência mostrou que isso não adiantou.

Grato pela paciência de terem me ouvido. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Fala agora, regimentalmente, o Sr. Relator, o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Bom, eu quero, em primeiro lugar, saudar aqueles que indicaram o engenheiro Roberto Pereira D'Araujo para vir nos falar.

É evidente que temos conclusões distintas, mas a exposição foi muito profunda e precisa, particularmente no diagnóstico. O expositor não avançou nas soluções, mas quanto ao diagnóstico ele concorda conosco, no sentido de que a empresa está literalmente quebrada.

Eu concordo também com a última afirmação dele. Eu jamais trabalharia nesse projeto na esperança de que os eventuais reais que o Governo Federal arrecadará no processo irão salvar as contas públicas. Eu estou mais convencido de que as contas públicas não serão salvas por isso e também não acredito que ninguém, nem o próprio Governo, esteja na expectativa de que as contas públicas serão salvas dessa forma.

Eu diria mais: as contas públicas estão irremediavelmente condenadas se não fizermos reformas estruturais. É por essa razão que, muito além de lutar por isso aqui, eu luto pelas reformas estruturais. Aliás, o jornal *O Estado de S.Paulo* traz um belo artigo hoje mencionando estudos publicados por professores do INSPER que mostra claramente que o Brasil, além de estar patinando na rabeira dos países emergentes, está ameaçado de sair desse time de países emergentes se não forem feitas reformas. Infelizmente o Parlamento não entende assim; este Parlamento não mais fará muitas reformas. Acredito que poucas reformas serão aprovadas. E nós continuamos gerando privilégios injustificáveis.

Portanto, a exposição do senhor foi de uma precisão muito grande. Eu concordo também com o senhor quando diz que a MP 579 não foi a única responsável pelo estado em que encontramos a ELETROBRAS, há 2 anos. Basicamente a empresa, que tem ativos de 171 bilhões em papel — quando falo em papel, dá a impressão de ser algo ruim, livros, registros —, estava valendo 9 bilhões na Bolsa de Valores. E não é por outro motivo, porque a empresa estava realmente desestruturada. E o senhor justifica claramente por que isso aconteceu. O senhor não foi para a área econômica, o senhor ficou no seu campo, que era o meu campo



antigo, de engenheiro de planejamento, engenheiro de estudo. Portanto, fez uma análise corretíssima.

A ELETROBRAS se tornou um investidor ausente. O senhor também concorda com isso na sua exposição. É evidente que nós temos que buscar soluções para isso. Esta Comissão está tendo o privilégio de discutir o assunto. Eu luto para que o assunto seja resolvido de imediato e vou trabalhar nesse sentido, mas sei que alguns aqui presentes fazem o contrário. Pode ser que nós não cheguemos a uma solução de imediato, como desejo e como desejam alguns do Governo, mas eu acredito que essa discussão seja urgente.

A ELETROBRAS se tornaria — e concluo isto a partir da exposição do senhor, e não de outras — irrelevante no modelo atual da MP 579, com a gestão atual. O senhor observou bem que, depois da MP 579, quando as empresas foram destruídas, o tiro de misericórdia, a direção das empresas continuou avançando com as despesas, que dobraram nesse período, dobraram. Evidentemente, o endividamento dobrou também, e o patrimônio líquido desabou. Nós estávamos com a empresa caminhando para a falência. O diagnóstico do senhor está correto. Agora, a modelagem é o que nós estamos discutindo aqui nesta Comissão.

Portanto, a contribuição do engenheiro Roberto Pereira foi fundamental. Eu já o conhecia. Não sei se já tivemos alguma reunião juntos. Eu fui da CHESF, e o senhor era sempre o homem de planejamento de Furnas, da ELETROBRAS. Eu tenho grande respeito pelo senhor. Perdi um pedaço da sua exposição, mas creio que assisti à essência.

Quero dizer que concordo com praticamente tudo o que o senhor disse em relação ao diagnóstico. Quanto à solução, nós temos que a encontrar. No ano passado, não sei se o senhor sabe disso, o Tesouro, que está com as contas complicadas e que não tem recursos para absolutamente nada, teve que tirar 3 bilhões de reais do Orçamento do Tesouro Nacional. Foi feito um empréstimo do dinheiro de impostos para permitir que os diretores da ELETROBRAS pudessem andar na rua, porque as dívidas atrasadas e as obras paralisadas por conta de atrasos eram de tal monta que foram transferidos 3 bilhões e tanto da União para a ELETROBRAS. Se estiverem pensando em arrecadar 12 bilhões, 3 bilhões já foram



dados no ano passado. Não é por aí que nós vamos resolver o problema das contas públicas.

Portanto, quero agradecer ao expositor. Não assisti às outras exposições, mas acho que contribuição foi bastante valiosa.

Eu não tenho pergunta para fazer ao senhor, porque a sua exposição foi muito clara. Peço apenas que me diga com qual modelo sonharia, se o senhor fosse o rei.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Na realidade, como eu disse, eu fiz um diagnóstico, no qual identifiquei vários agentes que fragilizaram a ELETROBRAS. Eu pergunto o seguinte: nessa solução, o que vai ser feito com os agentes que fragilizaram a ELETROBRAS, provocando a falta de interesse em investimentos do setor privado?

Trata-se de um setor que, por 10 anos, no mercado livre, não tem transparência nos preços. Não se sabe por quanto as pessoas compram energia e por quanto vendem. Vou até cometer uma... Eu fui perito numa briga judicial entre dois agentes do mercado livre. Sem saber quem eram os vendedores e os compradores, eu assisti a lucros de 400% duas vezes. Portanto, o que eu pergunto é o seguinte: não seria o caso de nós agora discutirmos quais foram as razões que causaram esses malefícios à ELETROBRAS, antes de pensar em vendê-la?

Outra coisa: a descotização, como foi proposta, também pode ser feita dentro da ELETROBRAS. Eu lembro muito bem que, quando foi editada a Medida Provisória nº 579, de 2012, a ELETROBRAS já vinha fragilizada, com vários problemas, e a necessidade de indenização da ELETROBRAS era muito menor do que a atual. Por que essa indenização não serviu? Porque, na realidade, não havia dinheiro na RGR para pagar tudo, e o índice de correção da indenização era muito alto. Ou seja, naquele momento, se voltássemos para o velho regime de serviço pelo custo, nós teríamos conseguido reequilibrar a ELETROBRAS, ela não estaria falida e não haveria essa tarifa enorme nem essa vergonha chamada risco hidrológico, que nós consumidores somos obrigados a pagar.

Só um país que não conhece a sua natureza — e somos um país de hidrologia tropical de grande variação — pode utilizar um modelo no qual o



responsável pelo risco hidrológico é o consumidor. O que nós vamos fazer com isso depois? Vamos fazer essa privatização da ELETROBRAS e depois resolver isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Vou conceder a palavra agora aos Deputados inscritos.

O primeiro é o nosso querido e sempre Presidente Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Presidente Perondi. Quero cumprimentar V.Exa. e o Relator, o Deputado José Carlos Aleluia, além dos nossos convidados, o Sr. Ildo e o Sr. Roberto d'Araujo.

Eu queria chamar a atenção do Sr. Ildo, porque, na exposição que ele fez, estava registrado Ministério de Minas e Energia e, no rodapé, dizia que estava apoiada em informações da ANEEL.

Eu tenho aqui, Sr. Ildo, cópia do Ofício nº 323, de 2017. Para quem não é do setor, é difícil apreender o que o senhor desenvolveu ali, mas o resumo do que o senhor apresentou aqui é que, com a privatização — que o senhor generosamente chamou de desestatização —, haveria uma redução, ainda que pequena, de tarifa.

Mas a mesma ANEEL, neste documento enviado ao Ministro de Minas e Energia, no item 186, diz textualmente:

186. Finalmente, cabe destaque quanto ao tipo de concessão sob discussão. Trata-se de ativos já depreciados, cuja remuneração foi garantida ao longo dos anos pelos usuários (consumidores cativos ou livres), desde o início da prestação do serviço de geração. Estabelecer um novo regime comercial, em que o preço será estabelecido livremente, tem um efeito perverso sobre o custo de energia suportado por esses consumidores, já que, como citado na própria NT 5/17, a energia desotizada provavelmente retornará à carteira de contratos de compra de energia que as distribuidoras deverão gerenciar. Mais detalhes serão abordados no próximo tópico.



E há outro documento, que ainda não chegou às minhas mãos, em que a ANEEL afirma que haverá aumento na conta de energia da ordem de 16,2%.

Aproveito para manifestar a nossa indignação quanto à campanha que o Governo fez, em pleno 1º de Maio, contra a ELETROBRAS, utilizando-se, inclusive, de mentiras, ao atribuir o preço da tarifa de energia elétrica a um suposto inchaço e a privilégios concedidos aos servidores da empresa, que são dedicados.

Para que não haja dúvidas a respeito disso, nós vamos convocar aqui o atual Ministro de Minas e Energia, bem como o Presidente da ELETROBRAS, para que ele explique a situação. Ele pode até começar a estudar isso, se houver alguém da sua assessoria assistindo a esta argumentação.

Aqui nós temos um rol de empresas, de vários países: Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Estados Unidos, Espanha, Estados Unidos, Estados Unidos, Brasil, Brasil. Aqui há o número de empregados por empresa e a relação entre empregados e megawatts. A relação mais cara foi a da SSE, inglesa. As duas últimas, brasileiras, são exatamente as mais baratas. A penúltima é a ELETROBRAS. Eu vou dizer o número da inglesa: 1,52 é o custo por empregado por megawatt. No caso do Sistema ELETROBRAS, esse valor corresponde a 0,51, ou seja, é 3 vezes menor. E o custo do Sistema ELETROBRAS, sem as distribuidoras, é de 0,4, quase quatro vezes menor.

Dito isso, temos o dever de denunciar o jogo para enfraquecer o Sistema ELETROBRAS a fim de vendê-lo. E a pergunta que eu faço para o senhor é a seguinte: se vai haver descotização — e vai —, e o senhor disse que parte do dinheiro dela vai servir para baixar o preço da energia elétrica, como é que nós compatibilizamos a descotização com a eventual venda dessa empresa? O comprador vai ter lucro sem aumentar a tarifa? Gostaria que o senhor explicasse isso, ainda que tenha dito que com a descotização o preço do megawatt vai para 250 reais, se entendi bem. Se ele vai para 250 reais, como a energia vai ser barateada? Se ele não vai para 250 reais, que valor é esse que apareceu na sua exposição? Mas a pergunta central é a seguinte: se vai haver descotização — e vai, porque isso é básico no processo —, como é que o preço vai ser reduzido?

E, se vai haver a descotização, como acabou de falar agora o Sr. Roberto, pode ser uma escolha fazê-la com a empresa estatal. Por que ela tem que ser



privatizada? Por que tamanha equipe, que envolve ANEEL, Ministério, etc., só tem uma proposta, que é exatamente a privatização?

Daí eu indago ao senhor o seguinte: por que não fazer a abertura de capital para subsidiárias de geração ou de transmissão de energia, por exemplo? Essa não é a minha opinião, mas falo isso para dialogar, notadamente com o nosso Relator. Veio aqui o ex-Presidente da ANEEL e foi além. Ele defendeu a privatização de uma única empresa para organizar todo o Sistema ELETROBRAS, e tratava-se de uma usina periférica, segundo as palavras dele. Então, por que é preciso privatizar todo o sistema?

Outra pergunta que faço ao senhor é esta: por que a ANEEL não veio a este debate, já que estamos discutindo tarifa? O senhor escolheu uma informação que não apareceu no texto, apareceu na forma de números. Eu gostaria que o senhor mostrasse qual é o documento em que a ANEEL diz que a energia vai baratear. Não estou duvidando do senhor. Pergunto porque não encontro essa informação.

Agora eu queria me dirigir ao Sr. Roberto. A sua exposição tem uma série de nuances. Eu não teria capacidade de entrar em alguns detalhes e, se tivesse, não iria querer fazê-lo. No entanto, o Deputado Aleluia, o Relator, abraçou o senhor imediatamente. Valorizou as críticas que o senhor fez à Medida Provisória nº 579, foi generoso, dizendo que não foi apenas a MP 579 que gerou aumento de tarifa, e ficou encantado com a sua exposição. Não estou dizendo que ele não devesse ter feito isso, mas eu quero saber a sua opinião, então, de forma direta. O senhor acha que a privatização é a solução para aquilo que o senhor apontou de deficiências do sistema? Eu vou usar esse termo porque o senhor começou dizendo que não dá para fazer uma proposta sem saber as circunstâncias. E o senhor, na minha opinião, externou uma série de circunstâncias. Eu não quero aqui nem tentar recuperar as circunstâncias. Vou apenas lembrar aquilo que consigo.

Mas eu quero começar pelo assunto maior, porque a discussão aqui hoje — e o senhor sabe disso — é a privatização e o impacto na tarifa. A minha pergunta para o senhor é: com a privatização a tarifa diminui? Depois o Presidente vai lhe dar a palavra. Quero saber se, na sua opinião, a privatização vai reduzir tarifa. Antecipo-lhe a minha opinião: não vai.



Se o aumento de tarifa eventualmente é inexorável, pois o senhor falou que só um milagre para gerar os 12 bilhões de reais para a empresa voltar a ter capacidade de investimento, esse argumento é a essência da defesa da privatização, porque se faz o seguinte diagnóstico: *“Olha, a empresa está quebrada, o sistema está mal gerenciado e, portanto, tem que privatizar”*. Essa é, digamos, a síntese da proposta do Governo. O senhor só não chegou à privatização porque eu acho, de tudo aquilo que eu já li do senhor, é algo que o senhor não defende. Então, a minha pergunta para o senhor é a seguinte: o senhor é a favor ou contra a privatização?

Outra pergunta: a privatização aumentará ou não a tarifa?

Em vez de usar o linguajar de quem trabalha com energia elétrica, eu vou puxar para o meu lado. Diagnóstico, na medicina, normalmente é clínico. Bom médico faz diagnóstico clínico. Exames são medidas complementares. Mas eu quero radicalizar. No caso da engenharia — o Deputado Aleluia sabe bem disso —, há a frase *“engenheiro de obra construída”*. Ele chega lá, coloca defeito para todo lado, diz que tem que quebrar parede, etc. Eu vou adaptar essa frase — perdoem-me os médicos — para os patologistas. Depois que o paciente está morto, eles retalham ele inteiro e são capazes de descobrir aquilo que, eventualmente, em vida não foi possível descobrir.

Portanto, eu não quero que o senhor atue nem como engenheiro de obra construída tampouco como médico patologista, e o senhor vai entender por quê. Falei isso tudo para dizer o seguinte: qual é o tratamento que o senhor propõe? Vamos tratar o paciente em vida, com o Sistema ELETROBRAS funcionando bem. Eu só quero acrescentar um comentário. Se o senhor quiser, rebata-me sem problema. Eu não sou apaixonado por nenhuma medida de natureza administrativa, porque eu concordo com o senhor: elas dependem das circunstâncias. Em dado momento, não com o risco hidrológico analisado por uma única usina, mas com o risco hidrológico global, com todo mundo com quem eu já conversei na minha vida, gente que estava no Governo, inclusive, quando eu questionava determinadas medidas, sempre se dizia que o risco hidrológico não estava contabilizado.



Próxima pergunta para o senhor: era possível prever o risco hidrológico em dado momento? Se não era, então era possível evitar a compra de energia das usinas térmicas, porque é isso que, de fato, encarece a tarifa?

Finalmente, eu queria perguntar ao Sr. Roberto d'Araujo o seguinte: daquilo que eu consegui extrair da sua exposição, com a ajuda da nossa assessoria, o senhor, de certa maneira, faz um histórico para chegar à sua opinião atual. Eu acho que seria razoável, se pegássemos um histórico de 25 anos, de 30 anos, que fizéssemos um histórico invertido.

O que fazer de imediato, ainda na linha do tratamento? Por exemplo, o Deputado Fontana é pediatra, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Médico de família.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Médico de família. Então, atende criança também.

Eu sou do tempo em que, para uma infecção de amídalas, dávamos 400 mil unidades de uma penicilina leve, que era a Despacilina, naquele tempo, e dávamos uma Benzetacil para proteger por 20 dias. É mais ou menos a mesma coisa. O que fazer de imediato para evitar uma febre reumática nessa empresa? E o que vai garantir a saúde das suas válvulas no médio e longo prazo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Deputado Arlindo Chinaglia.

Ouviremos agora o Deputado Patrus Ananias. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Deputado, estou bem na sua frente. Por esse ato falho vou submetê-lo a uma apreciação freudiana, psicanalítica. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Perdão. Não pude ver nem sentir a iluminação da sua luz intelectual e doutrinária.

Foi um ato falho, com certeza. Peço perdão, doutrinador, apóstolo e Deputado Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, convidados, eu pretendo ser breve nessa fala, por isso nem sequer reivindiquei o tempo da Liderança. Quero falar pelo tempo normal.



Primeiro, eu quero dar um depoimento pessoal. Eu nasci mais ou menos junto com as Centrais Elétricas de Minas Gerais — CEMIG. Passei boa parte da minha infância na roça. Nasci e vivi um bom tempo sem água encanada e sem luz elétrica. Aprendi a ler à luz de lamparina e lampião e tomei muitos banhos de bacia, porque na fazenda do meu pai nós não tínhamos luz elétrica. Isso foi, mais ou menos, no início dos anos 1950, quando o então Governador de Minas, Juscelino Kubitschek, iniciava a implantação das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.

Muitos anos depois, eu tive a oportunidade de fazer uma viagem mais longa por Minas num avião pequeno, desses que voam mais próximos ao solo. Deu para eu ir contemplando a noite iluminada de Minas Gerais, com luz nas cidades, luz nas fazendas, nos distritos, nas pequenas comunidades.

Eu me pergunto, então — e submeto essa reflexão também aos integrantes da Mesa e ao nosso querido Relator —, se nós teríamos feito isso em Minas Gerais sem a CEMIG, apenas com a iniciativa privada, que busca o lucro. Enquanto dependemos da iniciativa privada, a realidade foi a da minha infância e de boa parte da minha adolescência, que pude narrar aqui.

Depois, a CEMIG, em Minas, viveu o início de um processo de privatização com o Governador Eduardo Azeredo, que foi paralisado, felizmente, no Governo Itamar Franco, que se contrapôs àquele processo privatizante que o Governador havia iniciado. De qualquer forma, ficaram algumas marcas na CEMIG que repercutem hoje.

Eu queria colocar esta reflexão: existe espaço para o setor privado, é claro. Não sou contra a economia de mercado, a livre iniciativa, o direito de propriedade — que seria melhor se fosse direito à propriedade, aberto a todos. Mas eu penso que a economia de mercado e a livre iniciativa devem estar, se não subordinadas, como seria o correto, a meu ver, pelo menos adequadas às exigências superiores do direito à vida, do bem comum, do interesse público, do projeto nacional, da justiça.

Fica então esta indagação: a eletricidade é fundamental na vida das pessoas, no projeto nacional, no desenvolvimento econômico, social, ambiental do nosso País. É um valor de ordem pública. Então, existem bens e valores, como a eletricidade, o setor elétrico, que transcendem o setor privado e não podem se



restringir a serem bens para obtenção de lucro, porque dizem respeito ao interesse coletivo, ao bem comum, ao desenvolvimento!

Então, quero deixar aos nossos expositores e também ao nosso Relator uma reflexão sobre essa questão. É razoável nós deixarmos a luz elétrica, a eletricidade, que ilumina as casas, as famílias, as escolas, os hospitais, os postos de saúde, que possibilitam o florescimento das indústrias, o desenvolvimento da agropecuária, os projetos inovadores, depender do setor privado e, por conseguinte, ser vinculada à questão do lucro?

Eu penso que devemos ser bem claros: o setor privado vai aonde ele obtém lucro, aonde lhe interessa. E nós precisamos, sim, de empresas que cumpram também essa função que tem uma dimensão social.

Eu concluo colocando essa reflexão. É claro que o setor público, em todas as frentes, pode e deve ser aperfeiçoado. É claro que a ELETROBRAS pode e deve ser aperfeiçoada. Mas a pergunta que eu quero deixar para nós é se é possível pensar o futuro do Brasil, como uma nação soberana, independente, economicamente forte, socialmente justa, que preserva as suas riquezas, inclusive as suas águas... A privatização da energia elétrica, a meu ver — e gostaria de ouvi-los sobre isso —, é também a privatização das nossas águas, uma privatização indireta.

Eu gostaria de merecer uma reflexão dos senhores expositores sobre essas questões.

Agradeço pela atenção.

Eu me ative rigorosamente ao tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Deputado Patrus Ananias. Repito: perdão pelo meu ato falho.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga, do Rio de Janeiro, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Senhores, quero cumprimentar os convidados e ir direto às perguntas.

Na semana passada, foi tornado público um grande escândalo que envolve a direção da ELETROBRAS em uma contratação de empresa de comunicação pelo valor de 2 milhões de reais, sem licitação, para falar mal da empresa.



Eu queria que o Sr. Ildo e o Sr. Ricardo dessem explicações sobre essa contratação. Imagino que o Ministério de Minas e Energia tenha uma versão pública sobre o fato, ainda mais nesta semana.

Eu tenho aqui na minha mão as postagens que foram feitas pelo Ministério de Minas e Energia. Deveriam ter vergonha. Em uma das postagens, dizem: “A *ELETROBRAS está quebrada*”. E, embaixo da postagem, um dos representantes do Conselho dá um pito, chama a atenção, com toda justiça, para o fato de que aquilo não poderia ser feito. E aí eu pergunto aos senhores: como se contrata uma empresa por um valor de 2 milhões de reais, sem licitação, para falar mal da empresa publicamente? Mesmo aqueles que queiram vender a empresa — e o Ministério de Minas e Energia quer entregar o controle dela — sabem que esse é um fator fundamental para diminuir o preço da própria empresa que os senhores querem vender. Isso é uma brincadeira!

E pergunto também, porque não posso deixar de fazê-lo: os senhores concordam com essa publicação que saiu nas redes sociais? E tiveram participação direta em relação à publicação de postagens que dizem que a ELETROBRAS está quebrada? Logo depois, essas postagens foram retiradas do ar, mas aí o estrago já havia sido feito.

Eu gostaria também de saber a opinião dos senhores sobre notícia que saiu esta semana. E aproveito para dirigir a pergunta também ao Relator. Eu gostaria de saber dos senhores o grau de veracidade de notícia que saiu em vários veículos de comunicação e que passo a ler:

Indicada pela bancada do DEM — se não me engano, ainda é o partido do Relator, o Deputado José Carlos Aleluia — para ocupar a diretoria administrativa da ELETROBRAS, Aracilba Rocha já está despachando na sede da estatal. Seu nome, contudo, ainda não foi aprovado pelo conselho de administração.

Se a notícia for falsa, é importante que formalmente esta Comissão também venha a se manifestar.

Eu gostaria de saber a opinião do Sr. Ildo e também do Sr. Ricardo sobre outro elemento que trago, que foi o acordo fechado pela ELETROBRAS para



encerrar uma ação coletiva nos Estados Unidos com o pagamento de 14,75 milhões de dólares. Seguindo o mesmo *script* da PETROBRAS, mesmo sem uma decisão judicial que obrigue ao pagamento, a empresa se adianta no fechamento de um acordo para beneficiar, teoricamente, acionistas estrangeiros que recorreram à Justiça dos Estados Unidos. Isso não passa nem pela Justiça brasileira, e não há decisão nem em primeira instância. Eu queria saber se os senhores concordam com essa iniciativa.

E eu termino, Sr. Presidente, porque acabou meu tempo, perguntando se o Ministério de Minas e Energia não tem vergonha de vir fazer discussão de tarifa, quando claramente já está demonstrado que o objetivo principal dos senhores é vender a ELETROBRAS a qualquer custo, entregar o controle acionário e as decisões estratégicas da companhia. E, mais do que isso, trazem também publicamente versões diferentes daquelas que já foram explicitadas pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica quanto à elevação do preço da conta de energia paga pelo consumidor brasileiro.

Desculpem-me, mas eu não posso ser polido. Essa tentativa de entregar a todo custo o patrimônio brasileiro a preço de banana não pode ser por nós tolerada. E aí eu termino perguntando aos senhores: quem fez os cálculos de quanto vale a ELETROBRAS? Houve BTG Pactual nessa história? E pergunto aos representantes do Ministério: o Ministério não encontra nenhum impedimento nessa empresa, mesmo ela tendo ações no setor elétrico no Brasil, sendo dona de comercializadora, tendo participação acionária em fundos e em empresas interessadas em comprar as ações? Eu gostaria que os senhores respondessem a esses questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito bem, Deputado Glauber Braga. V.Exa. teve 7 minutos. Como V.Exa. é sempre gentil comigo e me promove seguidamente, V.Exa. teve a gentileza de 2 minutos a mais.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Só promovo V.Exa. naquilo que V.Exa. merece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Gentileza provoca, cria, produz gentileza. Isso é bonito no Parlamento.

Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon, por 5 minutos.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, antes de iniciar minha fala, indago a V.Exa. se não vamos repetir aquele modelo já adotado aqui de permitir que, depois de três intervenções, os convidados se manifestem. E depois retomariamos outras três, para não ficarmos muito distantes das perguntas.

Por exemplo, diante das repostas de ambos, eu formularia perguntas diferentes daquelas já formuladas pelos Deputados Arlindo Chinaglia, Patrus Ananias e Glauber Braga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - V.Exa. é o quinto. São cinco.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Na verdade, sou o quarto. Eram, em geral, três, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Não, eram cinco.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eram cinco pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Vamos manter as cinco.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Está bem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, permita-me usar a palavra. Ele tem razão, porque, dependendo das respostas, os próximos — não só ele, que nos alertou em tempo — poderão insistir nas perguntas ou reformulá-las. Eu diria que se trata de uma audiência de baixa intensidade do ponto de vista da disputa até agora. Então, acho que isso não mataria ninguém. (*Riso.*) O que V.Exa. acha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim, serão três.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O primeiro a dar as respostas será o Sr. Ildo.

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Senhores, começarei com os questionamentos do Deputado Arlindo Chinaglia.

A título de esclarecimento, Deputado, os dados foram obtidos no Ofício nº 416, de 2017, da Agência, que consta na apresentação. Eles complementam as informações contidas no Ofício a que V.Exa. se referiu. Nós continuamos utilizando informações da Agência Nacional de Energia Elétrica, que efetuou as simulações dos impactos tarifários.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Por gentileza, Presidente, peço só um esclarecimento. Gostaria de saber a data. O senhor está se referindo à primeira ou à segunda resposta da ANEEL? Assim, podemos obter uma cópia.

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - É a segunda.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k., a segunda.

Isso fala a favor dele.

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Com relação àqueles 250 reais que aparecem na apresentação, eu coloquei o maior valor para simplificar. Na realidade, foram simulados três valores para a venda de energia das cotas: 150, 200 e 250 reais. Os 250 reais têm maior impacto. Procurei apresentar o de maior impacto. Se houver competição, e a venda for feita por valores inferiores, os impactos mostrados serão menores.

Com relação às tarifas, eu também estava respondendo ao Deputado Glauber Braga, no sentido de que as informações são da Agência Nacional de Energia Elétrica.

A questão da motivação para desestatização da ELETROBRAS está na exposição de motivos que foi encaminhada a esta Casa. O motivo da desestatização é basicamente capitalizar a empresa, buscar eficiência e superar dificuldades de gestão.

O Deputado Patrus Ananias pediu que fizéssemos uma reflexão, e nós mantemos essa reflexão.

Em relação aos questionamentos do Deputado Arlindo Chinaglia sobre a campanha, já que isso não partiu da nossa área, nós vamos levá-los ao Ministério, para verificarmos, efetivamente, de que forma isso foi originado e encaminhado.

Da mesma forma, sobre a questão da contratação da empresa, cabe à ELETROBRAS responder se fez, por que fez e de que forma fez. Ela vai responder aos órgãos de controle, inclusive, se fez de forma equivocada.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas não existe posição do Ministério de Minas e Energia sobre o assunto?

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Nós não temos essa posição aqui. Vou levar a questão para que o Ministério possa elucidá-la.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Obrigado.



O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Outro ponto é em relação a quanto vale o acordo feito pela ELETROBRAS nos Estados Unidos. Eu vou solicitar ao assessor do Ministério, que tem trabalhado dentro desse projeto, para prestar os esclarecimentos necessários.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA - Senhores, vou aproveitar para fazer alguns comentários gerais a respeito do questionamento do Deputado Arlindo Chinaglia: se com a descotização haveria lucro sem aumento. Isso na verdade remete indiretamente aos dois ofícios da ANEEL. Não podemos dizer que os dois ofícios estão errados; eles só partem de premissas diferentes.

O primeiro ofício da ANEEL foi divulgado imediatamente depois do anúncio do fato relevante, em agosto, da expectativa do Governo de fazer uma privatização por meio de uma descotização. A ANEEL, então, fez esse cálculo, dizendo: *“Olha, se descotizar, o impacto na tarifa seria positivo”*.

Naquele momento, a ANEEL não tinha o contorno do projeto, até porque ele não havido sido divulgado também. Então, foi pedido para que a ANEEL, por meio do Ofício nº 416, fizesse uma simulação com algo mais próximo do que foi aqui apresentado no projeto de lei. Na descotização, de fato, você troca a energia do regime de cotas para o regime de produção independente.

O expositor também abordou esse ponto. A energia de cotas parece barata, mas isso não é necessariamente verdade. Quando você olha individualmente o valor em torno de trinta e poucos reais, parece que essa é a conta que o consumidor paga, mas não é. O consumidor paga essa conta mais o risco hidrológico, porque, no regime de produção independente de energia, o risco hidrológico é gerenciado pelo gerador. No regime de cotas, o risco hidrológico é integralmente repassado para o consumidor.

Portanto, na prática, em 2017, o valor das cotas foi de 140 reais. Colocamos isso na exposição. Em alguns momentos, chegou a 235 reais. Então, ao colocar o risco hidrológico para o consumidor, corre-se o risco de não necessariamente se atingir o melhor desenho. Ao passo que o preço da energia comercializada nos leilões de energia nova foi de 144 reais. Ainda foi algo saudado como muito salutar, com preços de energia eólica a 98 reais. Ou seja, não necessariamente o regime de



cotas é o melhor para o consumidor. Agora, de fato, quando fazemos a descotização, não sabemos qual é o valor.

A ANEEL colocou esses três cenários. Na hora em que expusemos o quadro, colocamos o mais conservador. Ainda assim, apresenta-se em 2019 uma redução de tarifas. Se simulássemos não com os 250 reais, mas com os preços dos últimos leilões, na ordem de aproximadamente 140 reais, parece que de fato o impacto na redução da tarifa seria muito maior. E outra coisa, a ANEEL fez essa simulação considerando que o risco hidrológico seria de 38 reais. Quando olhamos na exposição, vimos que a realidade ao longo de 2013 para cá, especialmente no ano passado, estava muito distante de um risco hidrológico de 38 reais.

Embora a simulação da ANEEL aponte um aumento de 1,9%, isso pode ser menor. Agora, o que a ANEEL simulou foi a conjunção de todos os fatores. Se, por um lado, tem uma descotização que tenha esse impacto, por outro lado, um terço desse benefício que é adicionado vai entrar na CDE. Quando esse recurso entra na CDE, há uma redução de tarifa.

Outro elemento foi o do reperfilamento do pagamento da transmissão, que hoje está concentrado em 8 anos, mas vai se dar ao longo da concessão. Quando se conjugam todos esses elementos, inclusive também a descotização escalonada de 3 a 5 anos — na primeira simulação da ANEEL é como se a descotização fosse de imediato —, aí aparecem os custos e há uma discreta redução da tarifa. Então, não é que é uma descotização, que é um lucro sem aumento de tarifa, e sim porque há um conjunto de elementos que, por um lado, tira o risco hidrológico do consumidor, que é salutar; de outro lado, endereça vários pontos que na prática reduzem a tarifa no agregado, tanto no curto prazo, em 2019, quanto a médio e longo prazo, quando já entram outros elementos que nem foram quantificados aqui, como aumento de eficiência, redução de perdas. Aí, de fato, o desenho aponta para um impacto, na média, mais baixo para o consumidor.

Em relação ao acordo da ELETROBRAS, de fato, não há como o Ministério de Minas e Energia resolver algumas questões da ELETROBRAS, mas, a partir da minha experiência jurídica e até baseado no sistema jurídico norte-americano, de todas as ações judiciais, menos de 5% terminam em uma decisão judicial. As outras 95% terminam em acordo. Isso acontece porque é muito grande o risco de um



pagamento mediante uma decisão ser extremamente elevado, além dos custos dos honorários advocatícios. Então, não conheço com profundidade o tema. Na verdade, isso teria que ser estabelecido pela própria ANEEL.

Em relação à preocupação do Deputado Patrus Ananias se a privatização vai ser a privatização das águas, essa é uma preocupação saudável, mas há que se levar em consideração que o regime jurídico de águas hoje é integralmente público. Toda a parte de outorga de águas é estabelecida pelos órgãos estaduais ou federais, dependendo se as bacias são de regime estadual ou federal. Temos exemplos de toda a bacia do Rio Paranapanema, das bacias dos rios da Região Sul, uma série de outras bacias em que todas as hidrelétricas são privadas, e nem por isso se imagina que a gestão da água seja uma gestão privada. Até mesmo o despacho das usinas hidrelétricas vem por meio de uma cadeia de comando público.

Primeiro, o órgão de águas estabelece qual o regime hídrico, e esse regime hídrico entra no planejamento do ONS. A partir daí, o ONS dá o comando para que as usinas hidrelétricas estabeleçam qual o montante de geração de energia. Então, na prática, não se pode dizer que aquela usina pública ou privada tem uma gestão da água. A gestão da água é compartilhada pelos comitês de bacias, pelos órgãos de água, que dão o direito de outorga, pelo ONS, que segue estritamente os limites estabelecidos pelos órgãos de água. A usina hidrelétrica, que na ponta é absolutamente passiva nesse processo, turбина a quantidade de água que o ONS determina, verte a quantidade de água que o ONS determina. Então, na prática, essa preocupação é salutar, mas o Brasil já tem um conjunto normativo que, de alguma maneira, garante que isso não ocorra.

Em relação à pergunta do Deputado Glauber sobre o cálculo do valor da ELETROBRAS, ainda estamos num momento muito incipiente desse processo. Ele começa com aprovação do projeto de lei. Em seguida, são feitos os estudos da modelagem. E aí será feita uma licitação pelo BNDES para seleção da empresa que vai fazer os estudos da modelagem. E a modelagem leva em consideração uma série de fatores, inclusive o valor da empresa. Então, isso vai acontecer num momento posterior.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, nos estudos públicos que foram apresentados, não há nenhuma participação do BTG Pactual?



O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA - Eu não sei quais são esses estudos, mas não são exatamente voltados para a privatização. Esse é o estudo da Lei nº 9.491, de 1997. Ele só vai começar a ser feito depois da aprovação desse projeto de lei. É um estudo muito específico, e a licitação não foi sequer iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Dr. Ildo, há mais questões para responder? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Dr. Roberto D'Araujo.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Bom, então eu vou responder aqui às perguntas do Deputado Chinaglia, que é médico. Quando um remédio é dado em dose excessiva, não quer dizer que foi dado de maneira errada. Ele foi dado em dose excessiva. Você pode diminuir a dose, e o problema fica resolvido. Foi isso o que quis dizer, apesar de haver uma tendência de achar que estou demonizando a Medida Provisória nº 579 como a única fragilização da ELETROBRAS. Como demonstrei aqui, isso não é verdade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nem o Deputado Aleluia fez isso.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Exatamente. É importante dizer isso.

Data venia, eu faria uma pergunta, em relação à privatização, para todos nós brasileiros. Nós sabemos privatizar? Privatizar é vender empresas? As pessoas têm ideia do tamanho do estado regulador americano? A agência reguladora americana, que se compara à ANEEL, por exemplo, que é o FERC — Federal Energy Resource Commission, tem muito mais funcionários do que a ANEEL. Cada Estado tem uma agência. A contabilização do número de funcionários que trabalham na área de regulação nos Estados Unidos é de 100 mil funcionários.

Então, farei uma pergunta. Nós temos vários exemplos, mas vou citar só o exemplo do Rio de Janeiro. Nós temos uma agência reguladora que regule corretamente o serviço oferecido pelas empresas de ônibus, que é privado há séculos? Não! Então, essa é a questão. Nós estamos num país que, sinceramente, na minha opinião, não sabe privatizar.

Portanto, se nós soubéssemos privatizar, talvez até fosse essa questão. Só que aí vem aquela tabela que eu mostrei — e parece que as pessoas não a



entenderam. Os países que têm a hidroeletricidade como a parte principal da produção de energia elétrica não privatizam. E mais: não transformam as suas empresas em *corporation*, porque é uma ilusão achar que isso resolve. Reduzir tarifa é impossível, Chinaglia. Sabe por quê? Parece até que essa questão da cotização da ELETROBRAS é o único fator de aumento tarifário. Quem acompanha o setor elétrico sabe que as bandeiras tarifárias estão deficitárias.

Nós estamos com os reservatórios vazios. Há 7 anos, nós não conseguimos mais encher os reservatórios. Isso não é um sinal de que o sistema está superavaliado, está subdimensionado? E, se o sistema está subdimensionado, a responsabilidade sobre o risco hidrológico não pode ser das usinas e nem pode ser transferida para mim, como consumidor.

Há uma grande confusão em relação ao aumento tarifário. Reparem que as usinas, todas elas, têm esse risco hidrológico. Por exemplo, as usinas que não foram cotizadas estão com risco hidrológico. Vou lembrá-los de entrar na página da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para repararem que muitas usinas que não foram cotizadas e que estão no mercado estão judicializando o risco hidrológico. Elas não estão aceitando isso. E por que elas não estão aceitando? Porque elas sabem que moram num país tropical, com afluências extremamente variáveis, elas sabem que a expansão do sistema foi feita com base em usinas térmicas, que são muito caras, exigem mais geração hidroelétrica até que sejam acionadas e, por isso, estão com os reservatórios vazios.

O despacho não é dado pelo dono da usina. Portanto, eu só posso interpretar que a Justiça não dê razão de causa para os donos das usinas porque ela não entende desse problema.

Vejam que uma usina cotizada gera uma parte muito barata: 30 reais para nós e 7 reais para a usina. Vamos guardar esse número. Se, por acaso, São Pedro estivesse nos dando um ano maravilhoso, teríamos redução tarifária automática, sem a descotização. Então, essa hipótese de redução com a descotização assume que sempre haverá risco hidrológico, portanto, estaremos sempre com o sistema desequilibrado.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Até porque a ANEEL — me perdoe, Presidente — fez o cálculo a partir de parâmetros definidos pelo Ministério. É só mudar o parâmetro que se altera a tarifa. Então, há insegurança.

Eu entendo, mas não concordo. Digo isso em função do que o senhor está acabando de dizer.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - É importante dizer que não é verdade que estamos com uma crise hidrológica inédita em todas as Regiões. Olhem os dados: a Região Sul está tendo afluições maravilhosas; nos últimos anos, na Região Sudeste, só o ano de 2014 foi sério, os outros anos foram de 10% a 15% abaixo da média. Na década de 50, a base de dados em que o setor funciona, os anos de 1953, 1954, 1955 estiveram, consecutivamente, 30% abaixo da média. Portanto, a hidrologia brasileira nos dá essa informação.

O que é verdade? A verdade é que o Rio São Francisco está muito mal, está apresentando afluições muito abaixo da média. Mas isso está muito minimizado pelas usinas eólicas. E, infelizmente, estamos muito atrasados, porque deveríamos ter muito mais usinas eólicas do que temos.

Então, na realidade, o rio não está pesando tanto assim. O que há é um problema de gestão amplo, um modelo que não funciona e que está causando várias vítimas — nós como vítimas — de aumentos tarifários monstruosos.

E a ELETROBRAS? Quanto à situação da ELETROBRAS, digo que ela manteve os investimentos mesmo depois de estar no negativo. É claro! Estamos vendo lá as sociedades de propósitos específicos que foram assinadas. Há contratos assinados. Iríamos dizer o quê? Que agora vamos desfazer a sociedade de propósito específico? Mas foi a sociedade de propósito específico que fez esse investimento enorme, o qual manteve o setor sem racionamento. Alguém tem alguma dúvida disso?

Eu volto a perguntar: onde está esse setor privado pujante, independente do Estado, independente de subsídio e de financiamento do BNDES? Eu não conheço! O que nós temos nos últimos 20 anos demonstra o contrário. Nós temos um setor privado também viciado no Estado — e, no Estado, a ELETROBRAS está incluída.



Na sociedade de propósito específico, a ELETROBRAS tem prejuízo e, às vezes, o sócio majoritário tem lucro. Eu queria saber por que isso. Ainda bem que o TCU andou olhando isso.

Então, a resposta é a seguinte: a dose foi excessiva. Isso não quer dizer que o princípio está errado, pois o princípio está correto. Eu vou repetir o que houve: tentou se fazer uma volta ao regime de serviço pelo custo, mas de uma maneira absurda, que foi ruim porque isentou todo o resto. Eu mostrei os aumentos tarifários, as razões dos aumentos tarifários.

Então, quando você diz que vai fazer uma redução tarifária considerando exclusivamente a amortização das usinas antigas, você isenta todo o resto, todos os outros defeitos ficam livres! Nós precisamos repensar o sistema como um todo. E, num sistema que tem que ser repensado como um todo, você não pode privatizar uma empresa pública.

Agora eu vou voltar aqui um pouquinho, Aleluia. Alguém, alguma vez, visitou alguma usina da CHESF? Eu visitei Itaparica, andei por tudo lá. Aquilo ali mostrava outro país. Poderíamos fazer aquele projeto: de uma usina que iria afetar não só a energia, mas também o planejamento regional. Aquilo foi descontado. Nós cometemos vários erros. Hoje você não consegue construir usinas hidrelétricas da forma como as trata há muito tempo: como fábricas de quilowatts-hora. Usina hidrelétrica não é fábrica de quilowatts-hora e nunca foi.

Desculpe-me, mas vou falar um pouquinho do Lago de Furnas. Não foi só a CHESF, não. A empresa Furnas se envolveu em diversos projetos dos Municípios ao redor do Lago de Furnas. Houve envolvimento da usina com projetos de saneamento. Lá existe projeto de balsas, existe projeto de piscicultura, existe estudo de estrutura de solos.

Eu pergunto: qual investidor privado faria isso? Essa é a grande questão. O Canadá está construindo uma grande usina no norte do país, de 1.500 megawatts. Pergunto se os índios que estão lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Dr. Roberto, vou lhe conceder mais 3 minutos.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Desculpe a minha empolgação aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Só quero alertá-lo de que o senhor tem mais 3 minutos. Fique tranquilo.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - A população que é afetada por essa usina no Canadá está totalmente favorável, porque não se foi lá com um projeto pronto, mas se perguntou: *“De que vocês precisam? Vocês precisam disso, disso e disso?”* Trata-se de um projeto de planejamento regional que vai gerar energia também. Vai haver uma perda de energia? Sim, mas vai gerar alguma energia. E as hidrelétricas ainda são as grandes vantagens.

Volto aqui à questão do Deputado Patrus. É o seguinte: a questão das águas será muito pior no futuro. Além dessa demanda que estou citando, vamos ter muito mais demandas com relação às águas. As pessoas não têm ideia e, quando se fala em reservatório, imaginam um lago redondo. Mas, se você olhar os reservatórios, verá que eles são como se fossem árvores, atravessam fronteiras de Estados. Então, imaginar que isso não tem absolutamente nada a ver com a receita da usina é realmente uma loucura. Volto aos exemplos: os países que têm a hidroeletricidade como principal fonte não fazem isso. Por que o Brasil seria diferente?

Sobre a questão do Deputado Glauber, que não está mais aqui, eu não tenho muita informação sobre esse acordo lá de fora. Mas só queria chamar atenção para a questão do valor da ELETROBRAS. O valor da ELETROBRAS é definido em cima de uma possibilidade. As ações da ELETROBRAS sobem na Bolsa em função de alguma notícia. Mas, como ninguém vendeu ações, é uma promessa de alguma coisa que vai acontecer.

Como eu estava tentando mostrar aqui, sobre os 250 reais que foram levantados pelo Ildo, dos 30 reais, sobram 10 reais líquidos. Se eu levasse isso para 100 reais, 120 reais, o meu líquido iria ser por volta de 80 reais. Então, a ELETROBRAS imediatamente iria ter lucro, porque 30% das suas usinas estão atingidas pela cotização. Imediatamente a ELETROBRAS estatal seria valorizada na Bolsa, porque ninguém sabe como o mercado reage.

Portanto, tem saída. No Brasil, tem muitas saídas. Vou citar uma coisa para as pessoas ficarem chocadas. Por exemplo: qual seria a área necessária para gerar todo o consumo brasileiro de energia elétrica com base em fotovoltaicas, se nós resolvêssemos voltar a pesquisar isso, como fez o CEPEL? Seria 15% do Estado de



Sergipe! Não acreditam? (*Pausa.*) Então, entrem na Internet e assistam à apresentação do Elon Musk, Presidente da Tesla, que mostra que um pedacinho do Estado do Colorado gera toda a energia dos Estados Unidos.

Agora, se você adotar isso, de que precisa? Você deve começar a pensar: *“Bom, essa geração distribuída vai fazer o quê? Ela vai desligar qual térmica? Ela vai melhorar a minha gestão dos reservatórios?”* Alguém tem que fazer essa conta.

Não é o mercado que vai resolver isso. Quem vai resolver isso é o CEPEL. Isso tudo é planejamento. Nós estamos caminhando para um sistema de menos planejamento quando precisamos de mais planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Dr. Roberto.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu queria, rapidamente, fazer referência aos comentários do Dr. Roberto com relação ao CEPEL.

Dr. Roberto, nós fizemos aqui, na semana passada, uma reunião sobre o CEPEL. Eu acredito que, se o senhor tomar conhecimento do que nós estamos pensando para o CEPEL, verá que é completamente diferente do que propôs o Governo. O Governo propôs extinguir o CEPEL. Nós estamos transformando o CEPEL, que não será um centro de pesquisa mantido exclusivamente pela ELETROBRAS, mas um centro de pesquisa permanente mantido pelos *players* do setor, sem custo adicional na tarifa, pegando recursos que estão sumindo no Orçamento da União e produzindo um orçamento semelhante ao que o CEPEL tem hoje, construindo uma rede. Portanto, nesse assunto nós estamos juntos.

E acho que nós estamos precisando trabalhar muito forte na questão da pesquisa de energia. O CEPEL tem feito algo, mas, pelo viés de eletricidade, ele fazia mais estudos na área de equipamentos elétricos, modelagem, como é o viés do senhor e o meu. Agora o viés é mais energético, e aí realmente, quando o senhor fala, com muita propriedade, da questão solar, essa é a grande revolução que está por vir.

Inclusive, e aí eu passo também ao Ministério a tarefa, já falei na audiência passada, nós não podemos ficar comparando custo médio de energia elétrica produzida por uma hidroelétrica com reservatório com o custo médio da energia



solar ou eólica, pelo menos enquanto não tivermos armazenamento de boa qualidade, como o pessoal da Tesla está querendo desenvolver.

Não existe comparação com a energia eólica, com a flutuação que ela naturalmente tem, fora do controle do freguês. Para o senhor ver, por exemplo, eu olho todo dia aqui, a flutuação da produção de energia eólica no Nordeste vai de 1,5 mil megawatts médios a 6 mil megawatts médios num mesmo dia. Isso é algo que precisa ter um controle por trás. Esse é um desafio para os engenheiros mais novos, que são mais voltados para modelagem matemática. Nós não podemos chegar a um leilão e dizer para uma PCH que poder regular o dia, poder regular 1 dia ou 2 dias vai valer a mesma coisa que vale a eólica, na qual não existe controle do freguês. Na hidroelétrica existe controle do freguês. Acaba a água, mas, enquanto houver água, vai existir controle; portanto, o valor da cascata hidroelétrica é muito grande.

Com relação a ELETROBRAS dar lucro, o senhor está mais ou menos na fase em que eu estava quando virei Deputado. Eu vim para cá porque achei que dava para modelar para as empresas serem geridas de forma razoável. Eu fui demitido pela política. Eu saí da CHESF não foi porque eu estava com mau desempenho, mas por interferência política direta. E eu não era político à época. Vim para cá trabalhar tentando sempre modelar. Sonhei muito com a TVA, estagiei na TVA. O problema é que no Brasil — eu conheço as empresas, como a Hydro-Québec, que constroem usinas no meio do gelo, lá no norte do Canadá, e o senhor deve conhecer também — infelizmente nós não conseguimos uma modelagem razoável que permitisse uma sobrevivência sadia dessas empresas.

O que fizeram com a ELETROBRAS não foi só a MP. A questão está na maneira como a ELETROBRAS sempre foi administrada. E o erro não estava nas presidências, mas nas ordens que vieram de fora. O erro delas foi ter aceitado as ordens. O erro que elas cometeram foi ter aceitado as ordens, aderir a coisas que não deviam aderir, fazer obras que não deviam fazer, investir quando não podiam investir. Esse é um ponto. Por isso eu tenho defendido a corporação com a força do Governo como o principal acionista. Essa fronteira eu ultrapassei, e o senhor não ultrapassou. Mas o senhor certamente quer uma grande empresa.

Quanto a uma outra modelagem, até o Secretário estava me contando que um Deputado propôs fazer uma discussão do esquitejamento da ELETROBRAS,



fazendo abertura de capital em todas as partes, que também é um modelo a ser visto, mas que eu acho que não traz vantagem. Eu conheço, o senhor também deve conhecer, eu andei trabalhando com a ENEL naquele projeto de Suvereto, que éramos nós que pagávamos, e estive várias vezes no centro de pesquisa da ENEL. Eram coisas muito bem tratadas, e a ENEL continua sendo uma empresa de sucesso, como uma *corporation*.

Então, com relação a isso, eu estou dizendo ao senhor, para poder mostrar nossos pontos: nós não sabemos privatizar, mas nós também não sabemos manter estatal. Então, não sabemos as duas coisas. A resposta para o senhor é a seguinte: não sabemos uma coisa nem outra.

E vou dizer mais: eu fui o autor da lei que criou a primeira agência independente, a ANEEL. O Governo não queria que fosse independente. Clóvis Carvalho, que era o Ministro da Casa Civil, disse que aquilo que eu estava propondo o Governo não podia ter. Nós conseguimos fazer. Veio o Governo do PT. No começo, houve um estremecimento que veio do Rio Grande do Sul, com relação a manter mandatos. Manteve-se o mandato. Ainda hoje estão no mandato pessoas indicadas pelo PT. E dá uma certa...

Eu diria que nem de longe temos a *performance* americana, até porque na Constituição da Califórnia, por exemplo, a agência reguladora tem participação da oposição, que é uma coisa pela qual a oposição devia lutar aqui — um dia eu vou ser oposição também. Um projeto de lei que está sendo discutido sobre as agências deveria propor que houvesse um representante da oposição em cada indicação.

E a ANEEL agora está com um problema grave. Por briga política, a agência está sem direção. É por isso que ela não está aqui. Na ANEEL, parece que três ou quatro estão saindo.

Então, realmente nós não sabemos nem privatizar nem estatizar. Essa é a resposta que eu dou ao senhor.

E há um outro problema no Brasil, que é grave, e aqui respondo ao Deputado Glauber: nos Estados Unidos, chega-se à judicialização quando não se faz acordo. O que a ELETROBRAS e a PETROBRAS fizeram foi acordo. Ela estava suspensa na Bolsa de Nova York. Não interessava a empresa. Eu não conheço detalhes do



acordo, mas eu tenho a impressão de que foi bom fazer acordo, tanto é que a empresa valia 9 e está valendo 30. Então, alguma coisa decerto se fez.

Com relação ao São Francisco, a situação é muito pior do que o senhor imagina. Eu gravei um vídeo recentemente, lá na margem do canal de PA IV. O canal está totalmente coberto por vegetação invasiva, coberto mesmo, em razão da baixa vazão e da alta poluição. São vegetações que se desenvolvem rapidamente, numa velocidade incrível, em presença de matéria orgânica na água, de calor e de sol. Isso é uma coisa que mostra que o rio está precisando de um trabalho muito forte, e aí depois eu gostaria de ter oportunidade de mostrar ao senhor o que nós pensamos em relação ao São Francisco.

Com relação ao futuro, eu discordo de uma afirmação do senhor. O setor privado não é tão ausente, não. Eu estou olhando aqui a pizza do Nordeste de hoje, de agora, do acumulado até agora. Nós temos 36% de energia eólica, toda privada. A participação da CHESF nesse sentido foi desastrosa. A CHESF ficou encarregada de fazer linha de transmissão para ligar centrais eólicas. De uma na Bahia, em particular, eu sei porque era conselheiro de uma empresa que investiu na eólica. A linha de transmissão atrasou 16 meses, e a empresa recebeu 16 milhões por mês durante 16 meses, porque a CHESF não cumpriu o cronograma dela, graças à desorganização que se tinha na instituição.

Então, a pizza hoje é praticamente toda preenchida pelo setor privado, em razão da crise do São Francisco. E quanto ao crescimento privado, a produção da CHESF no Nordeste está variando entre 14% e 20%, e vai passar assim o ano todo. Existe uma parte importada que, certamente, vem de estatais também — pelo menos 30% vêm de estatais.

Portanto, eu concordo com o senhor. Nós não estamos concordando no diagnóstico, mas concordamos que não sabemos privatizar nem estatizar. Nós temos que aprender a fazer as duas coisas.

Agora, nós não conseguimos continuar com a estatal, porque não há como colocar os 2 mil megawatts médios que o senhor propõe que se coloque a cada ano, sem a ELETROBRAS colocar os 30% dela. Se a ELETROBRAS tem um *market share* de 30%, ela tem que investir 30%, senão, ela vai perder o *market share*. Ela deu aquele surto de investimento e agora está investindo menos. Ela está investindo



menos para atender os 10% de crescimento, porque ela não tem capacidade de investimento. Como eu disse, a empresa teve o seu endividamento dobrado. A solução foge do campo da eletricidade e vai para o campo da economia, dos economistas. Realmente, nós não temos como resolver isso.

Eu queria dar uma informação ao Deputado Glauber, embora S.Exa. não esteja presente, porque gosta muito de saber sobre indicações.

Eu conheci a doutora de quem ele falou, que não teve ligações com o Democratas, até porque tem ligações com outro partido. Ela não está relacionada à política, não. Trata-se de uma mulher que tem um currículo maravilhoso. Assim como há mulheres que defendem tanto, essa é brava, paraibana. Estava aqui assistindo à nossa sessão anterior. Ela é diretora do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica — CEPEL. Em um contato com o Presidente da ELETROBRAS, ele a chamou para lá porque a conhece, é competente. Inclusive, ela veio me procurar para resolver o problema do CEPEL. Então, não há nenhuma indicação.

Esse Governo tem vários defeitos, mas preservou muito bem o setor de petróleo, tirou aquela influência política maléfica que gerou isso que todo o mundo está vendo aí e colocou não só Pedro Parente, mas toda uma diretoria profissional. No setor elétrico, também houve uma melhora bastante grande, embora, de vez em quando, apareçam pessoas querendo indicar agrônomos para serem diretores de engenharia da CHESF ou diretores de engenharia de Furnas. Isso acontece ainda.

Eu queria aproveitar, se o Presidente me permitir, para falar um pouco mais sobre a questão da privatização de águas.

Foi um absurdo o que o Operador Nacional do Sistema fez com o Rio São Francisco, que chegou a menos de 2% do volume útil em novembro do ano passado. Graças a Deus, está chegando a 38%, o que não dá para passar bem o ano, porque a vazão sanitária teria que ser de 800 metros cúbicos por segundo. Está nascendo vegetação no lago porque não há vazão. Isso foi culpa do Operador Nacional do Sistema que extorquiu o rio e tem jogado a política eleitoral e uma série de coisas. Ela usou o rio demais, em excesso, e agora ele está sem condições de recuperação. Então, nós precisamos discutir melhor a questão da tarifa.



Quanto à proposta de que se descotize com a ELETROBRAS, como seria bom se essa empresa passasse a ser gerida independentemente do Governo, de forma saudável, no que nem eu nem os investidores acreditamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Retomando a participação dos Parlamentares, o próximo inscrito é o nosso querido Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Deputado Patrus Ananias, que está na presidência dos nossos trabalhos. Cumprimento V.Exa., o Relator e os demais convidados e colegas.

Sr. Presidente, eu não pude assistir à apresentação do Sr. Ildo, mas consegui pegar uma boa parte da apresentação do Sr. Roberto. E para mim foi muito útil ouvi-lo. Eu sintetizaria a contribuição dele nas seguintes informações.

Primeiro, devido a um erro na dosagem, a MP 579 produziu alguns problemas. Segundo, os problemas do setor elétrico brasileiro não vêm só dela, mas de problemas no desenho do modelo. Portanto, é preciso redesenhar o modelo. Terceiro, esse redesenho do modelo não passa por privatizar a ELETROBRAS, porque países com a matriz parecida com a brasileira, países baseados sobretudo em hidroeletricidade, não privatizam o seu sistema. Portanto, essa seria a síntese da apresentação do que eu pude absorver do Sr. Roberto. E acho que foi muito útil.

Se é verdade, Deputado Aleluia, antes da sua saída, brevemente — eu compreendo que V.Exa. tem que sair, não há nenhum problema, perfeito —, uma rápida observação. Se por acaso o Brasil não sabe estatizar nem privatizar, ele também não sabe regular. A prova disso é o que V.Exa. acaba de falar sobre a ANEEL. Portanto, em um modelo como esse, em que não se sabe regular, como entregar à iniciativa privada uma atividade dessa relevância?

Portanto, é óbvio que a solução não é a privatização da ELETROBRAS. Os trabalhos da Comissão, o relatório de V.Exa. poderiam chegar a esta conclusão. Temos problemas no modelo, houve equívocos na MP 579. Até hoje não percebi, ao se analisarem esses equívocos, que ninguém apontasse má-fé neles. Foram erros de fato. Agora, daí a concluir pela privatização da ELETROBRAS, a meu ver já não é um equívoco. Aqui eu já começo a perceber alguma má intenção na administração do patrimônio do povo brasileiro.



Isso fica evidente, Relator, com essa campanha sórdida feita pelo Ministério de Minas e Energia. Eu queria aproveitar a presença do Sr. Ildo, que não tem, pelo que disse, qualquer responsabilidade na campanha, não tem nem informações sobre ela.

Mas, já que o senhor disse que transmitiria ao Ministério as perguntas, transmita também que eu vou representar ao Ministério Público pedido de apuração da responsabilidade cível e criminal de quem fez isso aqui. Como é que o Ministério de Minas e Energia faz uma propaganda dizendo que a empresa que ele quer vender está quebrada? É uma empresa com ação em bolsa. Como é que alguém tem coragem de fazer isso aqui? Isso aqui é uma afronta ao patrimônio do povo brasileiro! Isso aqui foi pago pelo povo brasileiro para reduzir o valor do seu patrimônio. Isso é coisa da maior gravidade. Isso aqui tem consequências cíveis, senão criminais, para quem patrocinou. Eu confesso que fiquei escandalizado de ver isso aqui no feriado. Fiquei me perguntando como é que alguém tinha feito isso no perfil do Ministério de Minas e Energia. A ELETROBRAS está quebrada! A ELETROBRAS está quebrada! Essa é a propaganda que quem quer vendê-la faz.

Será que quem fez isso aqui acha que todo mundo é idiota, que o País é um país de idiotas, que eles podem reduzir o preço da empresa que eles querem vender para quem? Para beneficiar quem vai comprá-la? Como é possível uma coisa dessas? O certo é isso aqui terminar em prisão. O correto é isso aqui terminar em prisão de quem fez isso contra o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Obrigado, Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, peço 1 último minuto para concluir sobre as agências reguladoras. O Sr. Roberto fez uma pergunta sobre as agências reguladoras. A tese de tirar a ELETROBRAS do controle público é tirá-la das mãos públicas para colocá-la em mãos privadas. Acontece que as agências continuam em mãos públicas, e os cargos nas agências reguladoras — lamentavelmente na ALERJ eu vi isso muitas vezes — são negociados entre os Deputados Estaduais para disputar quem vai indicar o representante na agência reguladora com um estranho interesse.



Então, como é que se quer agora resolver esse problema criando outro problema maior? Eu prefiro uma empresa que tem que responder aos órgãos de controle como a ELETROBRAS tem que responder; aos órgãos de fiscalização; e não tirar das mãos do povo brasileiro para entregar nas mãos sabe-se lá de quem, de quais amigos do rei.

Isso aqui não é algo direcionado a qualquer um, não, Deputado Patrus. O modelo que se quer fazer de privatização é um modelo muito estranho, porque tem a destinação das ações que podem ser compradas a determinados segmentos. Não vai ser feita uma pulverização de ações. Aqui tem coisa muito séria por trás, e nós não vamos aceitar. Nós não vamos ficar aqui calados olhando. Nós não vamos permitir que isso aconteça.

Presidente, por fim, foi falado do Rio São Francisco, da CHESF, esta Comissão aprovou visitas técnicas. Eu queria sugerir que nós as marcássemos, porque elas foram aprovadas aqui. Houve inclusive debates sobre conhecer de perto, visitar os empreendimentos da ELETROBRAS. Eu queria sugerir que de fato os autores dos requerimentos pudessem marcar e a Comissão pudesse ir visitar esses empreendimentos, fazer as visitas técnicas já aprovadas aqui pela Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado aos que vieram contribuir com o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Nós também agradecemos a sua contribuição, Deputado Molon.

O próximo inscrito é o Deputado Darcísio Perondi, o nosso 1º Vice-Presidente, que não está presente.

Eu passo então a palavra para a Deputada Jô Moraes, digna representante das Minas e dos gerais.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Obrigada, Deputado Patrus Ananias, que tão bem representa os anseios de desenvolvimento e esperança do povo mineiro.

Quando nós definimos esta audiência pública que trataria das tarifas, nós tínhamos como centro a preocupação com aquilo que é o efeito mais perverso da privatização, que seriam as consequências levadas à casa de cada brasileiro e de cada brasileira.



É evidente que nós tratamos do foco das tarifas e não incluímos aqui algo que o Deputado Patrus citou, que é o acesso. Como é que se assegura a universalização do acesso do povo brasileiro à energia privatizando, botando na lógica do lucro o eixo que vai conduzir a produção de energia no País?

Queria perguntar aos senhores e às senhoras o óbvio. Por exemplo, no caso do Programa Luz para Todos, eu tive a experiência de sentir a força e a repercussão humana, quando passei nas terras de Rondônia e vi uma mulher diante da sua geladeira, ficando feliz porque seu filho era doente e dependia de medicamento que precisava estar na geladeira. O Programa Luz para Todos não é uma tese, não é algo político, é o atendimento daquilo que é essencial para a sociedade brasileira, com a sua diversidade, com as suas desigualdades: a universalização do acesso. E o golpe será não só nas tarifas, como no acesso também.

Nessa perversidade, nós estamos saindo desta audiência pública sem certeza alguma, por parte do Ministério que é responsável por conduzir esse processo, de que essas tarifas aqui apresentadas com possíveis simulações vão ter alguma efetividade, porque o contingenciamento dos recursos de investimento, as contingências econômicas, sociais e políticas e a geopolítica no mundo vão fazer com que este País tenha a sua estrutura energética adquirida não pelo capital brasileiro — e eu gostaria que fosse, sim; que a estrutura ou a presença dos empresários brasileiros fosse cada vez maior nos seus investimentos estratégicos no País.

Nós estamos vendo uma crise de desindustrialização absoluta. Os empresários brasileiros têm dificuldades, inclusive com as mudanças nas regras do próprio BNDES, que era uma estrutura que ajudava o desenvolvimento e que este Governo golpeou de forma decisiva. Não golpeou o sistema financeiro. Golpeou os cientistas, os pesquisadores, os empresários, os agricultores que sempre precisaram daquelas tarifas de empréstimo e de financiamento que o BNDES colocaria.

Mas eu quero fazer duas perguntas. Primeiro, eu parto da ideia, Dr. Ildo, da justificativa que o senhor coloca. Por que estatizar? Para ter eficiência. O senhor citou, inclusive, as palavras do projeto, não se apropriou dele. Mas esta ELETROBRAS de controle estatal foi muito eficiente em determinadas circunstâncias e chegou ao patamar a que chegou nos marcos de uma empresa



estatal. Então, a primeira questão que nós colocamos é que não existe razão lógica, raciocínio para que se busque eficiência na privatização.

Eu quero fazer uma pergunta aos senhores. Por exemplo, discute-se a privatização da ELETROBRAS isoladamente sem se discutir de que plano nacional energético este País precisa, sem se discutir a diversidade desse projeto, que tem que se realizar com outras fontes. Como nós sempre colocamos aqui, o Brasil é um grande potencial. Nós temos a eólica e temos também a nuclear, mas nós não discutimos isso. Nós pegamos um pedaço da geladeira da casa que está caindo, vendemos a geladeira para resolver o problema todo e aproveitamos para cortar a luz, porque nós não temos recursos.

Então, a primeira discussão é: por que não discutir a saída da ELETROBRAS nos marcos de possibilidades reais de reestruturação? O Deputado Aleluia disse: *“Nós não sabemos privatizar e não sabemos gerir”*. Sabemos, sim! É preciso pegar a experiência de determinados momentos, e eu acho que o Prof. Roberto d’Araujo mostrou com muita precisão os momentos de acertos, os momentos de erros e a possibilidade de se adequar a essa estrutura, não privatizando, não entregando ao capital internacional, não fazendo aquilo que as prováveis empresas estatais que vão comprar a ELETROBRAS vão fazer, aquelas que, nos seus países, usam outra dinâmica que nós não estamos realizando.

Quero só concluir, Deputado Patrus Ananias, porque já terminou o meu tempo, buscando e perguntando, sobretudo ao Prof. Roberto, as saídas que se apresentam, porque o Deputado Aleluia nega que a desestatização nos marcos atuais da ELETROBRAS estatal, na sua maioria, possa ser uma saída. Isso nós temos que analisar como possibilidade. Em segundo lugar, pergunto como assegurar investimentos, se seria ampliando as ações, que já estão ampliadas no mercado de capitais, ou se haveria outras fontes que pudessem ser parcerias com os setores empresariais, privados. É o Estado sob o controle do Estado para buscarmos uma alternativa.

Quero concluir dizendo que é absolutamente revoltante vermos o Ministério de Minas e Energia trabalhando contra o patrimônio do povo com essas campanhas. É absolutamente inaceitável ver um acordo antecipado que só serve para ampliar as ações na bolsa como esse que está sendo anunciado de 14 bilhões de reais.



Eu cumprimento o Deputado Alessandro Molon por fazer um inquérito contra os agentes públicos que traem a sua função de serem e trabalharem pelo público.

Parabéns, Prof. Roberto! Eu fiquei muito empolgada com a perspectiva de sairmos desse caos sem entregar o que é nosso, o que é do povo brasileiro, ao capital internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado, Deputada Jô Moraes.

A próxima inscrita é a Deputada Erika Kokay, pelo de 13 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso que nós estamos produzindo uma série de discussões. Nós estivemos discutindo o CEPEL, o Rio São Francisco e estamos aqui discutindo o impacto do processo de privatização nas tarifas. Portanto, nós estamos fazendo uma série de discussões que são extremamente ricas acerca desse processo de desestatização ou privatização da ELETROBRAS.

O que me provoca certa tristeza é que me parece que o relatório já está pronto. Aliás, isso foi dito, ainda na semana passada, antes de algumas audiências públicas, pelo próprio Relator. Ele dizia: *“Meu relatório já está pronto”*. Então, se o relatório já está pronto, ele não será fruto, como todo processo de síntese... A bem da verdade, os progressos da humanidade são sempre síntese. Diz a velha dialética de Hegel que, para cada tese, há uma antítese para se criar uma síntese, que se transformará em uma nova tese, e por aí caminha a humanidade, com os contrapontos e as diversas visões. Portanto, discussões como essas são importantes para que se possa ter um parecer e um relatório desta Comissão que sejam síntese de todo o processo de ideias aqui desenvolvido, que tem seus pontos e contrapontos — aliás, os seus pesos e contrapesos —, e diria eu também que é uma das funções deste Poder Legislativo. Este Poder Legislativo rasga a sua função precípua como peso e contrapeso quando se submete e se curva à lógica emanada do Palácio do Planalto e à lógica emanada do Poder Executivo. Existe uma cláusula pétrea neste País, na nossa Constituição, que assegura a independência dos Poderes. A independência dos Poderes, portanto, é uma cláusula fundante e fundamental para o exercício de um Poder dentro de uma lógica em que nós tenhamos a possibilidade de construção democrática.



E não esqueço eu que nós não estamos sob uma democracia. Não esqueço eu, senão nós não teríamos isso que nós estamos vivenciando aqui. Se nós estivéssemos realmente vivenciando uma democracia, nós não teríamos, por exemplo, a Consulta Pública nº 33 encerrada sem que nós pudéssemos ter o aprofundamento das discussões sobre a formatação dos modelos energéticos brasileiros ou a formatação da própria ELETROBRAS, do sistema ELETROBRAS, para que nós tivéssemos a possibilidade de ampliação desse processo de consulta, para que tivéssemos outra lógica e não partíssemos de uma única lógica, a de que tem que desestatizar ou privatizar a ELETROBRAS.

A partir desse processo, qualquer discussão nos lembra — e eu já disse isso outras vezes — o mito de Sísifo, em que se carrega pedra até o topo, e, ao chegar ao topo, a pedra novamente desliza. Ficamos eternamente em uma discussão com o relatório, que, dito pelo próprio Relator, já está pronto e determinado, com o Governo já incluindo a ELETROBRAS em um processo de desestatização. Digo eu que ele peca por improbidade administrativa, se estiver incluindo e gastar recursos com isso e vier a respeitar a decisão deste Parlamento, a quem cabe, por lei, decidir sobre a privatização ou não da ELETROBRAS. Ou é improbidade administrativa, ou então é um profundo desrespeito a esta Casa, lembrando-nos do rompimento da cláusula pétrea que fala da independência dos Poderes, e o Poder Legislativo não pode ter as suas prerrogativas usurpadas pelo Poder Executivo.

Então, se há a intenção real de repensar o modelo, de trabalhar nesse processo, nós deveríamos ter a consulta pública ampliada. Foi solicitada por mim, pelo Deputado Moisés Diniz, por outros Parlamentares e por várias entidades a ampliação desse prazo, porque nós estamos falando de um patrimônio do povo brasileiro que não pode ser medido, inclusive, apenas por resultados financeiros. Não pode. Não pode.

E aqui, neste correr da discussão desta Comissão, nós já vimos várias sugestões de mudanças no modelo sem que se elimine a sua condição estatal. Existe essa possibilidade! Fala-se em descotização, que, pelos dados da ANEEL, pelo o que está aqui, vai representar um pulo no valor do megawatt, que é o que foi colocado por hora, de até 150 ou 200 reais, no que está cotizado. E esse modelo de cotização é utilizado, por exemplo, no Canadá. Aliás, é bom lembrar que o Canadá



não está privatizando ou não busca privatizar e entregar para o mercado internacional as suas empresas hidrelétricas, protege-as como processo e insumo básico para o desenvolvimento nacional.

Portanto, o Canadá também se utiliza desse processo de cotização nas empresas que tiveram a cotização que já estão amortizadas, partindo do pressuposto de que já houve o pagamento do investimento que foi feito na medida em que elas estão amortizadas.

Quando se fala em descotização, coloca-se a cenoura para atrair e assegurar velocidade ao cavalo, ou seja, coloca-se como perspectiva de criar condições para despertar o interesse da iniciativa privada na compra da própria ELETROBRAS — que, aliás, sofre um processo extremamente amargo e cruel.

Eu diria que o Governo tem que responder por isso, por esses ataques a uma ELETROBRAS quebrada, uma empresa que contratou... Esta campanha é do Ministério, não é da ELETROBRAS. Pode até ter sido contratada. Vejo que foi contratada uma empresa sem licitação por quase 2 milhões de reais para desqualificar a ELETROBRAS. Uma empresa contrata uma empresa de publicidade para desqualificá-la, para colocar no jornal que esta empresa está quebrada, isso no dia 1º de maio. Olhem que crueldade!

Paga-se caro pela energia, porque a ELETROBRAS é ineficiente, está endividada e, ainda assim, sustenta funcionários caríssimos, com salários muito mais altos do que a média nacional e mundial, e, no Dia do Trabalhador, desqualifica-se essa empresa. Aliás, já foi dito pelo próprio Presidente da ELETROBRAS que os trabalhadores eram vagabundos, que os trabalhadores da ELETROBRAS não tinham qualificação.

Portanto, criou-se um clima organizacional dentro da empresa que corrói a empresa por dentro, porque eu não posso trabalhar com um clima organizacional de servidores, de trabalhadores e trabalhadoras que se sentem perseguidos e desqualificados, na tentativa do Governo de conter um rombo fiscal que não será contido, porque nós estamos falando de um rombo ou de um déficit fiscal provocado por despesas financeiras que abocanham 50% do orçamento brasileiro, só com o pagamento de serviços e juros da dívida.



Houve um déficit, um rombo fiscal, em março, de 24 bilhões de reais. Foi o maior da história! E com uma taxa de investimento de 1,17% do PIB, que é a menor em 50 anos! O Governo não investe; ao contrário, abre mão e entrega o seu patrimônio, que produz insumos fundamentais para qualquer projeto de desenvolvimento.

Nós temos projetos de desenvolvimento, sejam sociais, agrícolas, econômicos, enfim, que precisam de energia. Quase 100% da população brasileira vive de energia. E o que faz o Governo? Busca entregar esse patrimônio. E aí, sim, é o Banco Pactual que está trabalhando no modelo. Esse Banco Pactual tem interesse direto e imediato na privatização da ELETROBRAS, porque participa das SPEs, tem participação acionária dos fundos e nas empresas que têm interesse em comprar as ações da ELETROBRAS. Isso é uma trama! O Brasil já vivenciou isso com a Vale.

Em determinada ocasião, eu estava na China — e a siderúrgica chinesa é estatal, porque todo o serviço de setor estratégico é estatal; tem-se projeto de desenvolvimento naquele país — e vi chegarem os navios com minério de ferro da Vale do Rio Doce, que também sofreu uma série de interferências. Ela foi subavaliada, vendida e entregue praticamente a esses que a utilizaram, não a serviço da eliminação das desigualdades no próprio Brasil.

Essa mesma ELETROBRAS que se diz ineficiente, em média, provocou e ofertou ao Governo cerca de 900 milhões anuais de rendimentos. Essa mesma ELETROBRAS está levando energia para setores absolutamente inóspitos, que não têm interesse de investimento na própria iniciativa privada, e o Governo se utiliza de uma campanha sórdida. E nós vamos representar também contra o Governo, porque ele fez isso.

Nós estamos apresentando, inclusive, requerimento para que o Ministro de Minas e Energia venha explicar ao povo brasileiro como é possível que uma empresa contrate outra empresa para desqualificá-la.

A ELETROBRAS está quebrada. É o que é dito aqui. Isso é negado, inclusive, por um dos representantes, um dos componentes, um dos conselheiros do Conselho de Administração, porque o Governo diz que está quebrado. Está quebrada a ELETROBRAS, essa empresa que é fundamental para o desenvolvimento nacional.



A ELETROBRAS tem dado lucro, se considerarmos, por exemplo, apenas a geração de energia. O Governo quer doar as distribuidoras dessa empresa, quer tirar recursos e direitos dos trabalhadores, para que ela se torne mais atrativa. Essa empresa não considera que, quando há privatização, há o aumento da precarização; há o aumento, por exemplo, dos acidentes de trabalho.

Depois que a Companhia Energética de Goiás — CELG foi privatizada, seis óbitos ocorreram. E dizem: *“Ah, mas a vida dos trabalhadores ninguém chora!”* Este Governo não chora! Aliás, este Governo Temer provocou o nível de empobrecimento da população. Hoje, há mais de 1 milhão de pessoas que voltaram a queimar lenha e carvão para poderem cozinhar, porque não têm mais acesso ao gás de cozinha. E, no trimestre, houve um aumento de 1 milhão e 400 mil desempregados neste País.

Este Governo, portanto, quer entregar a ELETROBRAS, porque não conseguiu aprovar a reforma da Previdência, porque quer dar satisfação a um mercado que é tratado como um Deus da antiguidade grega, que precisa de sacrifícios, de corpos para se acalmar quando está enfurecido. Por isso eu diria que, se é preciso repensar o modelo, vamos repensar o modelo, e não discutir que há que se privatizar a ELETROBRAS para se buscar qualquer tipo de mudança dentro da própria empresa.

O Sr. Roberto Pereira disse que seria possível — como já foi dito outras vezes em outras Mesas — se houvesse seriedade neste Governo. Este Governo não é sério. Este é um Governo que rasga 54 milhões de votos para chegar ao poder, um Governo que trabalha na perspectiva de impedir as eleições democráticas, um Governo que tem um Presidente que não consegue sair às ruas! Quando ele sai às ruas, sofre uma hostilização legítima da própria população, que não reconhece a sua possibilidade de ocupar a Presidência da República.

Este Governo busca privatizar a ELETROBRAS porque não conseguiu dar outras respostas ao mercado. Ele trata o patrimônio, que é do povo brasileiro, como se fosse dele e o oferta a empresas de outros países, porque sabemos que a ELETROBRAS não será apenas privatizada. O Governo a quer desnacionalizada, fora da lógica de patrimônio do povo brasileiro e patrimônio nacional.

Por isso, eu concluo dizendo que é preciso entender, primeiro, que o risco hidrológico no aumento de tarifa, que pode sair de 40 reais para 150 reais ou para



200 reais, calculado em megawatts-hora por 20 reais ou 35 reais, não é absolutamente relevante. Mas o que mais me dói é o Governo gastar recursos públicos para tentar enganar a população brasileira.

Portanto, encerro, Deputado Patrus Ananias, este é um Governo não apenas cleptomaniaco, que é uma compulsão pelo roubo, porque é um Governo de malas e mulas, como foi dito por um de seus próprios representantes, mas também tem uma profunda mitomania, uma compulsão por mentir. E este Governo não pode tratar o patrimônio do povo brasileiro, os servidores e servidoras, trabalhadores e trabalhadoras da ELETROBRAS, como tem tratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Agora passamos a palavra para o Deputado Darcísio Perondi, que terá 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores conferencistas, é difícil fazer mudanças e mudar para melhor. Como é difícil!

Por exemplo, nós estamos querendo implantar o Cadastro Positivo, mas agora os donos de cartório estão invadindo o Congresso Nacional para impedir a votação. E a Oposição não dá quórum. Eles vão perder dinheiro, porque haverá menos protesto. Então, como é difícil! Também é difícil melhorar um sistema elétrico que foi desmontado.

Eu gostei muito das exposições do Dr. Roberto e do Dr. Ildo. O Dr. Roberto foi sereno e equilibrado. Não foi ideológico. Poderia ter sido, mas não foi, como já vi em conferencistas anteriores. Ele não teve medo de fazer críticas à Medida Provisória nº 579. Talvez por isso só esteja a Deputada Erika Kokay aqui agora. Interessante! O senhor teve coragem de apontar. É interessante. Então eu o cumprimento.

E há os números do Dr. Ildo, técnico, formado, preparado na meritocracia burocrática brasileira — e eu defendo a meritocracia —, que foi muito franco aqui quando esclareceu a questão da ANEEL.

Nós temos que convocar a ANEEL para vir aqui, Dr. Patrus Ananias.

Explicou com clareza que o primeiro episódio foi do Dr. Rufino, que fez uma declaração. Posteriormente, veio o projeto de lei com toda a força. Aí veio aquele



ambiente de concessão. E, apesar do discurso destruidor da Oposição, o investidor está acreditando neste Governo. E a ANEEL foi instada e fez um estudo, que o senhor leu aqui.

Outro ponto que quero esclarecer é por que a ELETROBRAS não pode, como empresa estatal que é, mostrar ao Brasil e à opinião pública o seu estado, a situação que nós recebemos? Por que o Presidente Wilson e a sua equipe técnica, de técnicos também calcados na meritocracia, não podem desnudar ao Brasil o seu estado econômico? Já o tinham feito. Ano passado, o fizeram, lá nos Estados Unidos, para conseguir convencer os americanos, que iam dar um “ferraço”, iam destruir a economia da ELETROBRAS, se não convencessem de que a ELETROBRAS poderia ter luz ali adiante.

Então, com esse estado econômico, a ELETROBRAS contratou uma empresa, sim, e de acordo, sim, com a lei para mostrar a nós — eu não recebi nada dessa empresa —, mostrar aos formadores de opinião o estado da ELETROBRAS, que a ELETROBRAS não tem recursos para fazer investimento e se salvar. Essa é a verdade! Essa é a voz da razão.

Eu li aqui a nota do *Congresso em Foco*. Está muito claro, mas eles fizeram um mantra de que foi contratada uma agência para dizer que a ELETROBRAS estava quebrada. Não foi! Não foi. Para mostrar aos formadores de opinião, a nós todos, mas eu não recebi nada. Até vou reclamar ao Presidente Wilson que eu não recebi nada dessa empresa, que foi fraca. Não recebi nada mais específico. Talvez todo esse material que recebemos, e todos receberam, tenha sido construído pela empresa, que não contesta, que ninguém contesta. Então, não é nada demais. Não é nada demais. O Brasil precisa saber.

Não é nada com os funcionários. O capital humano da ELETROBRAS está sofrendo, sofreu nas outras crises horríveis e deve ter sofrido quando percebeu o que significou a sangria nos cofres da ELETROBRAS, assim como com a MP 579. É uma homenagem aos servidores? Não! É aos sindicalizados pelegos que ficam lá tempos e tempos e tempos. Mas e os funcionários? A minha homenagem.

Dr. Roberto, o senhor apresentou pontos para reflexão. Gostei do senhor de início. Já fiz o meu comentário. O senhor apresentou a necessidade de 2.200 megawatts por ano. É a primeira vez que eu ouço um conferencista assim dizer aqui.



Algumas vezes eu me ausentei para votar. Eu não ouvi. O senhor falou. Mas, nos últimos 5 anos, a ELETROBRAS contribuiu com apenas 15%. E a sua participação no investimento vem caindo ano a ano, porque estava sendo destruída pela má gestão anterior, em que o cúmulo dos cúmulos foi a MP 579, uma medida que talvez pudesse ter algum ponto favorável, mas o senhor, hoje, apontou quatro pontos graves — quatro pontos graves! Eu não sei se os colegas da Oposição o contraditaram. Eu acho que, envergonhados, não contraditaram. Envergonhados, não contraditaram!

A ELETROBRAS não será vendida, será capitalizada. O controle ficará com a ELETROBRAS. Não há esse dinheiro. E há mais: o Tesouro não tem dinheiro para, todo ano, cobrir o que a ELETROBRAS precisa. Não tem! Não tem!

Aliás, agora, vamos tratar do rombo de 1 bilhão e 200 milhões de dólares provenientes dos erros do Governo anterior, que espalhou dinheiro nosso para fazer aeroportos, portos, estradas em países capitalistas, inclusive, mas, principalmente, em países socialistas que deram calote. Esse primeiro calote da Venezuela e de Moçambique vai sair do doente, do motorista, do desempregado, do analfabeto, de quem tem fome, de quem tem frio, de quem não tem teto, de quem, ontem, quase morreu quando caiu aquele prédio lá em São Paulo. Isso a Oposição não lembra.

Secretário Ildo e engenheiro Roberto, eu quero que um ou outro fale do peso dos encargos. Eu acho que, como esse peço é diluído por sei lá quantos consumidores há no Brasil — 70 milhões, 80 milhões —, que pagam não sei quanto... Quantos são os consumidores no Brasil? *(Pausa.)* São 80 milhões de consumidores, incluindo os industriais. Entre eles se dilui esse peso, e ninguém sabe que há tanto penduricalho, tanto imposto. Ninguém reage. As estatais não reagem, o mercado livre não reage, e os consumidores não reagem, porque não conseguem se organizar. Eu gostaria de saber o peso dos encargos. O do ICMS eu sei, porque eu pago e eu vejo lá. São 35%, e é por dentro ainda. Há muito penduricalho.

Talvez, se a Oposição nos deixasse enfrentar a “privilegiatura” que dá 120 bilhões de reais em prejuízo, por ano, ao Tesouro, na área da previdência pública federal — e, se colocar a estadual, são mais 100 bilhões de reais —, talvez, até pudéssemos cobrir todos os encargos importantes, como os Programas Luz no



Campo e Luz para Todos. E o Luz no Campo começou conosco, no outro Governo, não neste Governo agora. Então, peço que explicassem isso melhor.

Eu tenho dúvidas — e recebi um telefonema de um técnico sobre isso — quanto a essa afirmação de que a ELETROBRAS tem menos funcionários por quilômetro de transmissão. Só se for funcionário concursado, porque existe enorme terceirização, que eu defendo, e nesses estudos não estariam os funcionários terceirizados.

Meu querido Presidente Patrus Ananias, eu gosto quando V.Exa. manifesta críticas à privatização. Mas eu gostaria de lembrar que o seu Governo — o seu Governo! — criou modelos privatizantes, a exemplo da Hidrelétrica de Belo Monte. E as hidrelétricas do Madeira são modelos privatizantes também. O seu Governo privatizou muitas estradas, por meio de concessões, muitas estradas. O seu Governo trabalhou a privatização também.

Em relação à privatização das águas, mais um técnico, isento, disse que o regime jurídico das águas é rigoroso. Eu li o material — acho que foi a Agência que o preparou —, e é um dos mais rigorosos do mundo. Então, esse mantra que a Oposição está repetindo de que vai haver privatização das águas... Nós temos aí a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e a Agência Nacional de Águas — ANA, em que há diretores indicados pela Oposição. Eles estão lá vigilantes.

Eu estava esquecendo que na área de transmissão do setor elétrico, o seu Governo, meu querido sonhador, filósofo, escritor, estudioso... Eu gosto de ouvi-lo falar, Deputado Patrus Ananias, gosto, porque V.Exa. fala com técnica e fala com a alma. Eu, às vezes, tento imitá-lo, mas não consigo. V.Exa. é inimitável! Mas, quando falamos muito com a emoção, esquecemos... E o assessor não passa para nós, não consegue passar, nessa loucura que vivemos como Deputados. Mas, na área de transmissão do setor elétrico, o PT foi campeão em privatização. Foi campeão! Foi campeão! Então, não diga que nós estamos privatizando.

Está patente que não há capital para fazer a estruturação da ELETROBRAS. Ela vai continuar nas mãos do Governo. Aquele doutor lá do Pará, que veio para cá, passou por cima da questão de *gaucher* e conseguiu falar — mais 1 minuto e eu paro —, quando eu o instiguei... Não vai! Fiquem tranquilos, funcionários! Fiquem tranquilos! Mas está nas mãos do Relator ver se dá para baixar encargos.



Eu fiquei preocupado com essa história do mercado livre, Deputado Aleluia. Eu sou privatizante, tu sabes. Eu e V.Exa. somos. Mas eu fiquei preocupado. Ele disse aqui que o lucro é extraordinário no mercado livre. Como é isso? O que está acontecendo? Eu gostaria que o lldo falasse sobre isso, ou o assessor. Será que o PT deixou o mercado livre tão frouxo nos seus 15 anos de Governo? Porque esse mercado livre foi mais construído nesses 15 anos. Por que deixou livre? Por que esse lucro, segundo o Dr. Roberto disse, numa auditoria — ele não sabe quais empresas —, foi de 400%? Então, eu queria que falassem um pouquinho sobre isso.

Eu achei a participação dos senhores muito boa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Passo a Presidência a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Solicito ao Deputado Patrus Ananias, a quem cumprimento, e, agora, ao Deputado Darcísio Perondi, que verifiquem a possibilidade de me inscrever também para um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado Domingos Sávio, se a Deputada Jô Moraes e o Deputado Patrus Ananias permitirem...

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sim, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Estão de acordo? Eu tinha encerrado. Estão de acordo? Eu também estou de acordo.

V.Exa. pode usar a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Presidente. Cumprimentando-o, cumprimento todos os colegas Parlamentares; o nosso Relator, o Deputado José Carlos Aleluia; e todos os convidados que nos honram com a presença.

Eu estava no plenário — estamos tendo simultaneamente sessão da Câmara —, mas me desdobrei para estar aqui, porque, é claro, preocupa todos nós um tema tão relevante, especialmente que envolve tarifas e as implicações que podemos ter de alguma forma com esse processo que propõe a privatização ou, pelo menos, a parcial privatização da ELETROBRAS.



Eu tenho procurado fazer a análise mais republicana possível desta matéria. Eu acho que é uma matéria na qual não nos podemos deixar conduzir pela paixão de ser Oposição ou de ser Governo, mas, antes e acima de tudo, pela paixão e pelo compromisso de sermos brasileiros e querermos o melhor para o nosso País.

Eu acho que uma das coisas mais relevantes para se discutir é se se deve manter a empresa sob o controle do poder público ou não. É óbvio que existem outras razões, como a gestão das águas, que foi objeto de um debate caloroso aqui. E eu acho que é imprescindível que haja, sim, esse controle pela autoridade pública. Não se pode imaginar soberania nacional num país que perca qualquer possibilidade de controle sobre a gestão das águas. Portanto, não se pode, considerando que a matriz energética de que nós estamos tratando é preponderantemente uma matriz energética que advém do setor hídrico, ignorar esse aspecto.

Mas, além desse aspecto, há também o preço que o cidadão paga. O custo lá na ponta é sem dúvida algo que deve ser objeto de grande reflexão. E, talvez, seja até o principal argumento de quem defende a privatização. *“Olha, vamos fazer isso porque vai ficar mais barato”*. E vai por aí afora essa linha de raciocínio.

Eu creio que é preciso tornarmos eficientes as empresas do setor energético. Isso é indiscutível. E eu já percebo que se caminha para um consenso. Eu debati muito com os servidores de Furnas, não só com os da direção, mas também com os servidores de carreira, com todo o corpo técnico dessa grande empresa brasileira, orgulho para todos nós no Brasil, em especial para nós, mineiros, e eu não tenho dúvida de que hoje o sentimento é de que nós precisamos que as empresas do setor elétrico sejam empresas eficientes, com o mínimo de ingerência política, especialmente político-partidária, para que elas deem bom resultado para o cidadão que está lá na ponta e para o desenvolvimento do Brasil. E essa questão da tarifa está muito associada à eficiência. Mas eu não vejo a eficiência, obrigatoriamente, ligada ao setor privado. Eu acho que é possível ser eficiente tanto no setor privado quanto no setor público.

Pois bem, a minha indagação entra um pouco mais num detalhe, aí, sim, que envolve a presença do setor público. E aí eu aproveito para me dirigir ao Relator, porque o tema é objeto, inclusive, de emendas minhas.



Nós precisamos de energia barata. A energia no Brasil hoje está cara demais. Nós precisamos diminuir o custo dessa energia. Então, nós temos que ter um sistema mais eficiente — isso é consenso —, seja ele público, seja ele privado. E temos que ter uma agência reguladora que defenda o interesse do cidadão e que cuide de cobrar essa eficiência e exercer o controle em defesa do cidadão.

Mas existe um aspecto, Deputado Aleluia, que precisa ser levado em conta em qualquer país e que envolve algumas ações estratégicas do Governo, assim como algumas indústrias que precisam, sim, de cuidado especial para que elas não só sobrevivam, mas também possam dar a sua contribuição em todo o processo industrial. Eu estou me referindo às empresas eletrointensivas, aquelas cujo componente “energia elétrica”, em alguns casos, chega a representar mais de 50% do seu custo de produção e que já é objeto de contratos diferenciados, muitas vezes, em razão de o poder público compreender a sua função estratégica para o País.

Eu vou citar um exemplo de Minas Gerais, onde eu lutei muito para conseguir viabilizar algumas ações junto à CEMIG, ainda quando eu era Deputado Estadual, na época, com o Governo Aécio e, depois, com o Governo Anastasia. Depois, na impossibilidade de continuar com os contratos especiais com a CEMIG, conseguimos incluir, numa medida provisória, uma possibilidade de ter contrato com Furnas. Isso ocorreu na mesma época em que se criaram alternativas para as indústrias eletrointensivas numa série de parques industriais da Bahia para cima, com contratos com a CHESF. Inclusive, o Deputado Aleluia foi um batalhador nesta Casa para garantir a prorrogação ou a renovação daqueles contratos. Isso foi objeto de uma medida provisória, que eu emendei, criando um fundo que atendesse a Minas Gerais e também ao Centro-Oeste. E esse fundo viabilizou contratos com indústrias e empresas eletrointensivas do setor de metalurgia, mais precisamente de ligas especiais. E aí alguém pode falar assim: “*Mas isso é protecionismo*”. Ora, mas sem as ligas especiais, não haverá aço. E, não havendo aço, não haverá uma série de outros produtos na sequência. Pode até haver, mas será preciso importar silício e outros componentes, Deputado Darcísio.

Daí a minha preocupação republicana. Nós temos de ter certos cuidados. Se não tivermos certos cuidados, poderemos, de repente, amanhã, ter de dizer que



transferimos a empresa para o setor privado, mas não tomamos determinados cuidados. Como ficarão os contratos com a CHESF, que são responsáveis pela sobrevivência de centenas de empresas e de milhares — talvez, milhões — de empregos na Bahia e no Nordeste?

Como ficariam as empresas que atuam com aço-liga, componente importante do aço da Gerdau, da USIMINAS e de outras empresas competitivas para abastecer o mercado interno brasileiro, mas que já sofrem concorrência pesada para sobreviver?

Então, a minha preocupação é a seguinte: nós temos, hoje, um patrimônio de todos os brasileiros, que é a nossa ELETROBRAS, e, ali dentro, CHESF, Furnas, ELETRONORTE, ELETROSUL. Eu sou defensor da tese de que deveríamos discutir gestão eficiente e abrir o capital. Acredito que alavancaríamos mais de 20 bilhões de reais, mantendo o controle acionário dessas empresas. Portanto, mais até do que o próprio Governo espera arrecadar. Mas eu estou aberto a esta discussão, estou acompanhando esta discussão, porque eu quero que o resultado seja o melhor para o Brasil, que elas sejam eficientes, que nós tenhamos a iniciativa privada participando.

Agora, há cuidados que vão chegar lá na ponta, na tarifa. Esta é a pergunta que eu deixo aos senhores da Mesa e ao nosso Relator: como nós vamos tratar os diferentes? As tarifas sociais precisam ser garantidas para os cidadãos mais pobres e para a indústria de tecnologia de ponta, que é essencial para o Brasil e que é eletrointensiva, uma indústria cujo componente “energia elétrica”, às vezes, chega a 60% do custo de produção. Se não houver um contrato regulado pelo Governo, acaba-se com essa indústria no Brasil. E eu não estou falando apenas, no caso de Minas Gerais, de algumas dezenas de indústrias. Eu estou falando de indústrias que são elos fundamentais na cadeia produtiva do aço, na cadeia automobilística, em todo desenvolvimento tecnológico e até na soberania nacional. Então, são aspectos que precisam ser olhados.

Eu tenho certeza de que o Relator está preocupado em como ficará a CHESF, mas o problema não é só a CHESF. Como ficará o contrato vigente da CHESF que, de repente, poderá ser terceirizado, poderá entrar um novo controlador acionário? E, assim, como ficarão os contratos de Furnas com esses segmentos que



já foram objeto de medida provisória desta Casa, pela compreensão da Casa e do Ministério de Minas e Energia de que isso merecia tratamento diferenciado?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o Sr. Ildo Grudtner.

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Respondo a algumas indagações que foram feitas.

Primeiramente, Deputada Jô Moraes, com relação ao Programa Luz para Todos e à questão da universalização, esse projeto de desestatização da ELETROBRAS em nada vai impactar esses programas, até porque o Programa Luz para Todos é implantado pelas distribuidoras. Existe uma parte no processo conduzido pela ELETROBRAS que é possível fazer a migração para outra formatação sem causar impactos nesse Programa. Além disso, esse Programa já está indo para a sua parte final. Nós já atendemos a mais de 16 milhões de pessoas no Brasil. Realmente, é um Programa fantástico, eu diria. E esse processo de desestatização da ELETROBRAS não impactará em nada esse Programa.

Sendo mais honesto, esclareço que o seu impacto seria muito menor do que o impacto causado pelas demais mudanças que ocorreram na legislação desde o momento em que esse Programa foi criado até hoje. Nós tivemos várias alterações legislativas, que, de alguma forma, acabaram impactando esse Programa. Nós contornamos isso, e esse Programa continua prestando o seu serviço, levando energia aos brasileiros do meio rural.

Outro ponto levantado pelos demais Deputados é que esse projeto de lei não vai resolver o problema do modelo do setor elétrico brasileiro. De forma nenhuma! Ele é um projeto de lei para resolver a questão da ELETROBRAS. Nós precisamos de recursos para capitalizar a ELETROBRAS e fortalecer a empresa. Com a formatação que está sendo proposta, a empresa não vai ficar sob controle de capital estrangeiro. Então, ela deve continuar sendo uma empresa brasileira, mas uma empresa muito mais robusta, que vai auxiliar no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro. Os ajustes que estão sendo propostos para corrigir ou aprimorar o modelo vão ser tratados em outro projeto de lei.



Com relação à questão levantada pelo Deputado Domingos Sávio sobre a gestão das águas, eu vou deixar o Ricardo Brandão responder, porque ele já falou sobre isso. E ele vai tratar também da questão dos eletrointensivos.

Deputado Darcísio Perondi, quanto à questão dos encargos, eu vou apresentar alguns números, lembrando que esses encargos não são impostos ainda, são encargos dentro do setor elétrico.

A receita do setor elétrico gira em torno de 150 bilhões de reais por ano. Cerca de 19% desse valor são encargos. E, desses encargos, 68% são a Conta de Desenvolvimento Energético — CDE. E o que está dentro da CDE? A Conta de Consumo de Combustíveis — CCC, que se refere ao combustível utilizado nos sistemas isolados, pagos por todos os brasileiros; o Programa Luz para Todos; o subsídio às pessoas de baixa renda; e os demais subsídios existentes no setor no setor elétrico para o meio rural e a área de saneamento. Todos os outros subsídios que existem estão contidos na Conta de Desenvolvimento Energético, a CDE.

Então, os senhores têm mais ou menos ideia de quanto da tarifa está contida dentro dos encargos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - E o imposto?

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Como o ICMS é estadual, nós não fazemos esse acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Só há imposto estadual ou há imposto...

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Há a contribuição para o PIS e a COFINS, que dá 9%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - São 9% de PIS/COFINS?

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Mais uns 30% de ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O.k.

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - O outro comentário que eu queria fazer é que não podemos confundir mercado livre com mercado *spot*. Temos que tomar certo cuidado. O mercado livre, que é o mercado não regulado, em que o consumidor compra sua energia do gerador, não é o mercado *spot*, que tem o Preço de Liquidação de Diferenças, o PLD.



O PLD oscila muito, em função do custo marginal da água. Ele está atrelado ao custo marginal de operação, que vai definir esse Preço de Liquidação. É o preço daquela energia produzida um pouquinho acima ou abaixo do contrato que o gerador e o consumidor têm que acertar. Essas diferenças é que são precificadas pelo PLD, não o mercado *spot*. Então, há certa diferença.

Hoje já existem usinas que são totalmente dedicadas ao mercado livre. Há uma quantidade de eólicas que, efetivamente, foram implantadas dentro dessa configuração. Existe certa discussão sobre como o mercado livre financia a geração. Hoje o mercado regulado financia a expansão da geração. E como o mercado livre financiaria a expansão da geração? Como já citei, existem usinas implantadas no Brasil totalmente dedicadas ao mercado livre. Não é um bicho de sete cabeças, não. Digo isso a título de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Não sei se eu entendi bem, então, o Dr. Roberto. Pergunto: há dinheiro público no mercado livre? Eu tenho uma fábrica ou uma cooperativa e entro no mercado livre para comprar energia. Mas há dinheiro público no mercado livre?

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Não necessariamente. Só se uma estatal estiver vendendo energia no mercado livre. Caso contrário, não entra esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Ele disse que há lucro de 400%, segundo uma auditoria que ele fez. Eu pensei: se há dinheiro público, como é isso?

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Eu desconheço isso. Vou até pedir para o Ricardo me auxiliar nessa questão. Desconheço esse ganho de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Está bem.

Eu confesso que não entendi a sua explicação sobre mercado livre e mercado *spot*. Poderia repetir, Dr. Ildo? Eu sou médico, curioso, estou lendo sobre o setor, apreendo, mas gravo mais ouvindo do que lendo.

O SR. ILDO WILSON GRUDTNER - Perfeito. Vamos lá! Voltando um pouco, nós temos dois mercados no Brasil. Um é o mercado regulado, em que as distribuidoras são supridas por contratos provenientes de leilões efetuados pelo Governo, que delega a ANEEL a realização desses contratos. Esse é o mercado



regulado, em que as distribuidoras compram a energia e a repassam para seus consumidores cativos.

Nós temos outro mercado, que é o mercado livre, que não depende do tamanho do consumidor para se poder acessar esse mercado. Ele vai a um comercializador ou a um gerador e compra a energia. Um gerador vai dizer que vende pela quantia tal; outro vai dizer que vende por tantos reais. Eles vão competir. Esse é o mercado livre. Hoje, em torno de 30% da energia elétrica no Brasil está sendo comercializada no mercado livre.

Outra coisa é o mercado *spot*. Ele é chamado de mercado *spot*, mas está atrelado ao PLD — Preço de Liquidação de Diferenças. Quem paga e quem ganha com esse PLD? Nem todo gerador gera totalmente a energia que vendeu. Ele pode gerar um pouco menos, aí alguém vai ter que gerar por ele. Essas diferenças são precificadas pelo PLD, que tem oscilação. O modelo matemático que se utiliza acaba permitindo que haja oscilações muito grandes. Em tese, ele deveria acompanhar a questão da disponibilidade de água no sistema. Como é um modelo matemático, não é linear. Assim, acontecem algumas descontinuidades e aparecem aqueles saltos de preço no mercado.

Vou passar a palavra para o Ricardo.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA - Vou complementar algumas das respostas.

O Deputado Alessandro Molon falou sobre a medida provisória e sobre o diagnóstico feito pelo professor quanto a quatro problemas da MP, dosagem da MP e modelo.

Em relação à dosagem, o que eu entendo é que os pontos que foram apontados pelo professor estão equacionados de alguma maneira na proposta que está colocada aqui.

Quanto à afirmação de que o preço da energia em regime de cotas não permite que as empresas tenham capacidade de investimento, a migração para o regime de produção independente é justamente para recuperar essa capacidade de investimento. E quanto à afirmação de que a empresa, hoje, por ser uma mera prestadora de serviços, de alguma maneira perdeu o controle da gestão dos ativos,



tenho a dizer que, ao se restabelecer esse regime de produção independente, a ideia é um pouco restabelecer essa capacidade.

Quando se faz a crítica de que a Gestão dos Ativos de Geração não remunera adequadamente o custo de operação e manutenção das empresas, é porque qualquer preço regulado, de alguma maneira, vai buscar um preço de eficiência média que não reflete o custo da empresa. Então, de alguma maneira, essa proposta também tenta resolver esses problemas.

Em relação ao modelo, tema abordado pelo Deputado Fabio Garcia, de alguma maneira, ele é um conjunto de duas medidas. O projeto de lei de privatização está atrelado a uma alteração no modelo. Nas alterações que foram propostas, trata-se também dessa oscilação tão forte de preços no PLD, que vão de 40 reais a 505 reais.

Com a migração para um modelo de oferta, em todos os países que adotaram esse modelo, tende-se a ter estabilização maior no mercado *spot*.

Em relação ao problema da tarifa alta, no projeto que está sob a relatoria do Deputado Fabio Garcia, toda a renovação de concessões de usinas que forem vencendo a partir de agora, por essa proposta — ali está fixado um terço, mas o Congresso Nacional pode arbitrar outro valor —, vai ser direcionada também para a CDE. Então isso não reduz a capacidade de investimento das empresas, mas aponta na direção da modicidade.

Houve aqui a crítica do professor em relação às térmicas caras. De fato, no período de 2005 a 2008, houve uma sequência de leilões sem limite-teto de PLD, e muitas usinas termelétricas caras foram contratadas nesse período. No projeto existe uma proposta de leilão para desconstrução dessas usinas.

Sobre a preocupação do Deputado Alessandro Molon, acho que, de alguma maneira, a solução vem com esse conjunto de medidas da privatização da ELETROBRAS e da proposta de reforma do modelo.

A Deputada Erika Kokay sustentou que países cotizam sua energia e deu o exemplo do Canadá. Bom, países cotizam, mas o ponto de partida do problema é este: cotizada a ELETROBRAS está, mas ela não tem capacidade de investimento do jeito que está hoje cotizada.



As cotas são em torno de 30 reais, mas o que efetivamente fica na ELETROBRAS são 10 reais. O custo efetivo no final das contas para o consumidor, em 2017, nós vimos que foi em torno de 140 reais; para a ELETROBRAS só ficaram 9 reais.

Então, mantê-la cotizada, na medida em que outros países cotizam, não garante a ela capacidade de investimento, até porque o custo real de operação da ELETROBRAS é 3 vezes maior que esses 10 reais. Então ela começa sempre com prejuízo, mês a mês.

A Deputada falou que a geração da ELETROBRAS dá lucro. Se olharmos só as 14 usinas que estão em regime de cotas, elas têm déficit de receita, porque o custo operacional delas é maior do que o valor da receita.

Países cotizam. Significa então que, para recuperar a capacidade de investimento da ELETROBRAS, vamos aumentar o valor da cota? Aumentar o valor da cota só vai aumentar a tarifa para o consumidor e não resolve a questão da capacidade de investimento.

Nós vamos, como sugeriu o Deputado Alessandro Molon, descotizar, mantendo a ELETROBRAS estatal? Bom, se descotizar sem o repasse da CDE, o efeito vai ser aumento de tarifa apontado pela ANEEL no primeiro ofício.

Se houver uma descotização com CDE, de um jeito ou de outro, teremos o mesmo problema de transferência de recursos para os acionistas privados da ELETROBRAS, porque, na proposta de desestatização, a ELETROBRAS recebe essa outorga de 30 anos, mas ela tem que pagar por isso. Hoje a ELETROBRAS não tem recurso para pagar por essa descotização. E o recurso para pagar a descotização vai vir justamente da oferta de ações.

Também há a preocupação do Deputado Darcísio Perondi sobre a quantidade de empregados da ELETROBRAS em relação ao megawatt instalado ou ao quilômetro de transmissão. Na verdade, isso encara a questão pela metade. A questão não é saber a quantidade de empregados. A questão é saber qual é o custo operacional como um todo. Isso envolve a quantidade de empregados, multiplicada pelos salários deles e todos os outros custos que a empresa tem para manter o serviço em operação.



O fato é que, na geração em regime de cotas, o custo operacional da empresa é quase três vezes maior do que a GAG, que é a receita. E essa receita é a média da eficiência geral do mercado. Ou seja, a ELETROBRAS tem um custo operacional quase três vezes maior do que o do mercado. Isso acontece também na transmissão. A lógica da ANEEL é baseada numa tarifa de transmissão lastreada na eficiência geral, e a ELETROBRAS é mais ineficiente do que essa eficiência geral. Isso acontece também na distribuição. A receita operacional estabelecida pelo regime da ANEEL, que é de comparação com todas as empresas, e as empresas do grupo ELETROBRAS têm custos operacionais de 2,5 a 4,7 vezes maior do que esse custo.

Então, na verdade, não se trata de saber a quantidade de empregados, mas qual é o custo operacional. E o custo operacional é muito mais elevado.

Sobre a sua preocupação, Deputado Domingos Sávio, com os eletrointensivos, isso já foi, como o senhor apontou, tratado numa medida provisória. Qual é a regra vigente hoje? Esses contratos, em 2015, foram prorrogados até 2037. Começará uma desconstrução parcial a partir de 2032. No projeto de lei de privatização da ELETROBRAS que foi encaminhado, esses contratos ficam preservados do modo como estão durante esse período, até 2037. Ou seja, serão desotizadas as usinas da ELETROBRAS, mas a nova ELETROBRAS continua tendo a obrigação de manter esses contratos da forma como estão.

Então, a proposta que foi colocada aqui é a de manter essa situação inalterada. Ou seja, não vai haver mudança, esteja a empresa sob controle estatal, esteja a empresa sob controle privado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Tem a palavra o Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Eu só queria dizer o seguinte: estou me sentindo em Marte, porque citei que o setor elétrico brasileiro já é privado há bastante tempo, que nós temos um modelo mercantil que é vivenciado pelo setor privado, mas todas as vezes em que eu escuto aqui uma observação sobre essa relação, parece-me que o setor privado é vítima. Não.

Por exemplo, não existe nenhum sistema no mundo em que o preço *spot* seja o custo marginal de operação sob a visão do Operador Nacional do Sistema. Isso



não existe no mundo inteiro. Como é a formação do preço *spot* na Nord Pool? São ofertas e demandas. Eu estou comprando energia. Portanto, eu estou comprando (*ininteligível*) faz aquela curvinha e corta. Esse é o preço *spot*.

Quem já assistiu, alguma vez, a alguma audiência do ONS para o planejamento mensal, verificou que existe um viés especulativo dentro do mercado livre. Basta ver a plateia: o que o Operador vai fazer? Qual é a previsão das afluências dele? É uma coisa totalmente conjuntural e está cheia de comercializadores.

Vejam: eu não estou demonizando. Nós inventamos um modelo. É como se tivéssemos criado um jogo de futebol em que um time pode pegar a bola com a mão, o outro, não. Nós inventamos um modelo em que, se houver, amanhã, outra hidrologia, como a que ocorreu em 2011, outra vez o mercado livre vai capturar essa receita.

Então, toda essa discussão de tarifa? Pelo amor de Deus! Onde nós estamos? Nós vamos continuar mantendo isso?

Essa proposta, por exemplo, de transformar em oferta e demanda vai ser muito difícil. Eu já conversei com as pessoas. Elas não querem mudar, não querem que o PLD seja o CMO. Na realidade, o Custo Marginal de Operação... Se você liga uma térmica, como é que isso não é preço? É claro que é preço. O problema é ao contrário: quando você tem muita água e desliga as térmicas, uma parte dessa oferta está associada a essas térmicas desligadas. O que impede uma térmica desligada, que não vendeu toda a sua garantia física, de repassar esse direito de comprar energia barata para alguém? Foi isso o que eu vi. O que eu vi foi alguém comprar energia muito barata. Mas, se você olhasse o outro lado, veria que não havia nenhuma usina, que havia vários contratos mensais, em que o lucro era de 400%. Pode ser que agora isso não esteja ocorrendo, porque o sistema está sobrecarregado, e nós não vamos mais ter aqueles Custos Marginais de Operação que tínhamos antes, mas basta São Pedro nos dar um presente, que voltaremos a ter.

Então, por favor, vamos tentar discutir o seguinte: afinal de contas, o setor privado é a vítima? Quer dizer que havia investimentos a serem feitos, mas ele foi vítima de parceria com a ELETROBRAS? Ele ia fazer o investimento. Ah, ia?



Coitado! Puxa vida, a ELETROBRAS entrou de parceira. Não. Na minha interpretação, foi o contrário. Essa relação de vantagem no mercado livre, desculpem-me, de eólica, não chega, meu amigo, porque hoje o mercado livre representa 27% da carga. Com a eólica não alavancou mesmo. Foi de carona no mercado cativo. E não alavanca mesmo. Se continuar do jeito que está, não vai alavancar. E a vítima é a ELETROBRAS.

Desculpem-me, mas nós temos que saber se a influência política dentro da ELETROBRAS é simplesmente para colocar apaniguados em cargos ou é também para fazer com que esses contratos sejam assinados. Qual foi a influência política dentro da ELETROBRAS, para que se fizessem essas sociedades de propósito específico que dão prejuízo para a ELETROBRAS?

Continuo sem entender. Eu acho que nós estamos conversando sobre outro planeta. Eu não estou neste planeta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O senhor tem mais 5 minutos.

O SR. ROBERTO PEREIRA D'ARAUJO - Deputado Aleluia, hoje nós não sabemos privatizar e não sabemos gerir empresas públicas, é verdade, mas nós já soubemos gerir empresas públicas. Se olharmos o quadro geral, veremos que podemos nos orgulhar muito da estrutura que foi montada no Brasil.

Eu estive fora do Brasil ainda jovem — tinha trinta e poucos anos —, para fazer um estágio na Bonneville, e fiquei espantado com a admiração que havia pelo planejamento do setor de transmissão no Brasil.

As pessoas não entenderam ainda que o setor de transmissão do Brasil é completamente diferente dos outros. O setor de transmissão do Brasil é como se fosse vaso comunicante. Por exemplo, hoje, eu vejo que as usinas que não estão na cotização, que estão com risco hidrológico, estão reclamando de transmissão. É claro! Eu não sei se vocês sabem, mas as hidráulicas fazem um clube, das usinas que não conseguem a sua geração e das outras que conseguem gerar e que transferem para cá, baratinho. Isso é o chamado MRE. Se não há transmissão, o MRE vira uma contabilidade falsa.

Os atrasos de transmissão que ocorreram causaram perdas no risco hidrológico, porque a transmissão no Brasil não é igual à da Inglaterra, que leva de



uma usina para o consumidor. Aqui nós carregamos usinas para lá e para cá. Olhem a transferência de energia entre o Sul e o Sudeste: 4 mil megawatts médios, que às vezes vão para lá e, às vezes, vem para cá. Isso, desculpem-me, é obra da ELETROBRAS. O CEPEL não teria a *performance* que tem para construir o Newave, o Modelo de Planejamento da Operação, se estivesse fora da ELETROBRAS. Isso era uma discussão do setor como um todo. Até as empresas privadas participavam. Então, na realidade, uma espécie de metodologia foi criada dentro da ELETROBRAS, e o CEPEL conseguiu captar essa necessidade e construir isso que nós temos.

Imaginar que estamos vendendo uma empresa que criou o sistema que opera, que é único no mundo... Nós não temos semelhantes. Não existe nenhum país no mundo que tenha a capacidade de reserva que nós temos.

Há um grande equívoco hoje, quando, por exemplo, dizem: “*Nós não temos mais reservatórios*”. Há quem diga que não é preciso mais construir hidroelétrica. Como não? Uma hidroelétrica sem reservatório é muito útil hoje, como uma eólica. Por quê? Porque os nossos reservatórios estão vazios. Se os nossos reservatórios estão vazios, aquela hidroelétrica que está gerando energia vai provocar uma economia de energia na usina que tem reservatório. Portanto, ela vai aumentar a reserva, assim como as eólicas fazem.

Sobre o negócio das baterias, nós não precisamos de baterias. As nossas baterias são os reservatórios. Mas precisamos estudar isso. A energia solar distribuída vai ter impacto no Custo Marginal de Operação. O Custo Marginal de Operação está na base do sistema comercial brasileiro, está na base de tudo o que foi calculado. Mudou o Custo Marginal de Operação, mudou a energia garantida, mudou tudo. E nós não estamos estudando isso. Por quê? Porque estamos nos afastando dessa visão global, que é preciso ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Dr. Roberto.

Antes de passar a palavra ao Relator, para encerrarmos, concedo a palavra ao Deputado Fabinho.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Boa tarde a todos.



Cumprimento o Relator, o Presidente Darcísio Perondi, o Secretário Adjunto de Energia Elétrica, Ildo, o Sr. Ricardo, o Prof. Roberto e todos os Deputados presentes.

Eu vou começar usando as palavras do Prof. Roberto: vamos sair da discussão sobre Marte e o passado e voltar para a discussão sobre a Terra, o presente e o futuro.

Eu acredito que essa discussão da emissão de novas ações da ELETROBRAS, com a consequente perda do controle estatal e do controle privado na ELETROBRAS, tem um pilar muito essencial, que é o de reconhecer que a legislação brasileira impõe ao setor público uma ineficiência e que o Brasil não consegue mais pagar por ela. Reconhecer isso é reconhecer os motivos pelos quais, por exemplo, as distribuidoras da ELETROBRAS são mais ineficientes, notadamente, que as distribuidoras do mercado privado, que as despesas da ELETROBRAS cresceram 65% nos últimos anos, enquanto as suas receitas não conseguiram acompanhar, mesmo levando em consideração o efeito das cotas nas receitas da ELETROBRAS, porque as cotas impactaram apenas 20% das receitas da ELETROBRAS.

Então, se as despesas da sua empresa continuam subindo acima da sua receita, e você não consegue dar limitações e diminuir essas despesas, pelas amarras que nós temos na legislação, obviamente a sua empresa vai perder ao longo do tempo capacidade de fazer investimento, vai gerar prejuízo. O que acontece no final é que o patrimônio da empresa perde valor dia a dia, como é o caso da ELETROBRAS, cujo patrimônio líquido perdeu, nos últimos 7 anos, ao redor de 5 bilhões ao ano, estatizada.

Se não mexermos, o que vai acontecer? Essa empresa continuará gerando prejuízos, o patrimônio continuará perdendo valor, o patrimônio, que é de todos os brasileiros, vai, dia a dia, perdendo seu valor, indo embora, até chegar ao ponto em que esse patrimônio será zero. Nós jogaremos fora a ELETROBRAS sem fazer nada para preservar esse patrimônio.

Então, o meu entendimento, primeiro de tudo, é que esse projeto visa sobretudo preservar o valor do patrimônio.



Temos que entender que o setor elétrico brasileiro, no passado, foi construído dependente da ELETROBRAS, mas que, quando veio a reforma do setor, para a privatização do setor, foram criadas instituições para dar exatamente uma independência ao setor público. Foi criada uma agência de regulação independente, foi criado o Operador Nacional do Sistema, foi criada a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, foi criada uma empresa de planejamento. Funções que estavam na mão do Estado, estatizadas, na mão do Governo, foram colocadas na mão dessas organizações independentes, para dar segurança ao setor, para fazermos o processo de privatização.

Então, hoje, é fato que o setor não depende da ELETROBRAS para planejar o sistema, para operar o sistema, nem para regular o sistema, nem para implementar as políticas públicas do setor de energia elétrica. Cada ente tem o seu papel muito definido aqui. A ELETROBRAS é um *player* do setor, mas é um *player* que já não consegue mais competir com o setor, cuja participação no parque gerador do Brasil diminui a cada ano, cujos investimentos não conseguem se consolidar. Por que a maioria das linhas de transmissão que têm problema no Brasil tem participação das estatais? Porque elas têm dificuldade de fazer aporte, têm dificuldade de levantar garantia, têm dificuldade de fazer financiamento, porque estão com a situação financeira bastante crítica. Essa é a realidade que nós vivemos. Então, nós precisamos reconhecer a dificuldade da ELETROBRAS e fazer com que não se perca esse patrimônio ao longo do tempo.

Eu acho que aqui não há discussão sobre a necessidade de descotizar. Você não pode vender uma *commodity* que tem um valor por um valor muito menor, seja de uma empresa privada, seja de uma empresa pública. Como a energia é uma *commodity*, ela tem o seu valor. Descotizar é vender pelo valor de mercado aquela *commodity*. Se não, um subsídio, um subsídio sem direção, um subsídio a todos — às grandes indústrias, às grandes empresas, a todos os consumidores. Então, acho que é necessário fazer esse movimento de descotizar no setor elétrico brasileiro.

Outra coisa: onde iremos investir o valor gerado pela descotização? Onde iremos investir esse dinheiro que vai ser gerado? Nós vamos jogar todo ele na modicidade tarifária? Parte vai para o Tesouro? Parte vai para o Rio São Francisco?



Essa é uma discussão que precisamos fazer aqui, e não a da desestatização, porque essa é uma necessidade do setor elétrico.

Precisamos também entender o funcionamento do mercado livre. Não há problema algum no mercado líquido. E queremos que o mercado no Brasil seja mais líquido a cada dia, que uma *commodity* seja transacionada várias vezes.

Por exemplo, no mercado de soja, que talvez seja um dos mais líquidos do mundo, o mesmo grão sofre 20 transações ao longo da sua cadeia. E especular é normal num mercado livre. Não há problema nenhum nisso. O mercado americano especulou e criou uma empresa que depois quebrou por especulação, a Enron. Mas ele especula. Não há problema nisso. Isso é compra e venda, é entender o mercado. Eu não vejo problema em termos um mercado livre, avançado, líquido, em que possamos, na verdade, fazer com que essa competição traga, de fato, uma redução no preço de energia.

Agora, não podemos mais abrir mão disto: o Brasil não pode mais pagar o custo da ineficiência, o custo da limitação na gestão. Se nós não aprimorarmos a gestão na ELETROBRAS, esse patrimônio vai embora.

Este projeto, para mim, é sobre preservar o valor do patrimônio da ELETROBRAS que temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Deputado Fabinho.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Bom, com relação à ELETROBRAS, o Dr. Roberto, que serviu ao grupo por muito tempo, pensa igual a mim, que a ELETROBRAS foi muito importante.

O senhor esteve na Bonneville, e eu estive na TVA e, em outras oportunidades, na Itália, e me lembro ainda do precário sistema de transmissão americano do Governo Kennedy, quando o nosso já estava mais avançado.

É necessário reconhecer que nós começamos a ter problema com a democratização. Da convivência das estatais com a democracia resultaram essas coisas que estão aí. Começou lá atrás, quando os Governadores eleitos decidiram não pagar ao setor. Aquela brincadeira custou 30 bilhões de dólares. Isso foi



resolvido quando Eliseu Resende foi Presidente da ELETROBRAS. Colocando juros, ficou entre 25 bilhões e 30 bilhões de dólares, do Tesouro.

Portanto, o setor vem causando prejuízo há muito tempo e perdeu o rumo. As indicações políticas não são só para botar os apaniguados, são para fazer os contratos mesmo. Nós temos que tomar cuidado agora, para que possamos ter defesa das nossas agências reguladoras. Essa é a última trincheira que resta. Mas o Congresso, sobretudo o Senado, precisa aprender a analisar os nomes, precisa rejeitar ou aprovar os nomes, e não aceitar qualquer nome, e não disputar os nomes.

Infelizmente, o Brasil é uma instituição com problema de governança. Por isso eu estou defendendo esse modelo, e não o modelo de dividir as empresas todas, porque não teremos uma grande empresa corporativa, com a predominância do Estado e com *golden share*. Espero que isso não seja depois corrompido, porque aqui as coisas são normalmente corrompidas.

Eu ouvi alguns companheiros dizerem aqui — inclusive um Deputado que já não está presente — que o Presidente da ELETROBRAS contratou uma agência de publicidade para desvalorizar a empresa. Como é que ele contratou uma agência de publicidade para desvalorizar a empresa se, quando ele a assumiu, ela valia 9 bilhões de reais e, hoje, ela está valendo 30 bilhões de reais ou 27 bilhões de reais? Que propaganda foi essa? Que desvalorização foi essa?

Eu não vou me alongar muito. Eu quero apenas dizer que o setor elétrico brasileiro já é predominantemente privado, sim. A produção é 70% ou 69% privada; no Nordeste é muito mais.

E mais: com relação às ações sociais nas bacias, o Dr. Roberto falou muito bem. Eu era Presidente da CHESF quando decidi, contra paus e pedras, fazer um programa de desenvolvimento associado ao reassentamento, porque havia sido feito um enxotamento do povo de Sobradinho. O povo de Sobradinho foi enxotado, jogado para as montanhas, longe do rio. Vive sem água até hoje, em situação precária. Nós fizemos um programa de desenvolvimento em Itaparica e depois em outras usinas. Em Belo Monte foi feita alguma coisa nesse sentido também.

Agora, é importante ver que as empresas elétricas deram as costas para o rio. A ELETROBRAS deu as costas para o São Francisco. Hoje quem está tirando a



vegetação que cobre os lagos de Paulo Afonso é a Prefeitura, porque a CHESF sequer toma conhecimento de que isso é problema dela. *“Eu aqui só gero energia. O resto não é comigo”*.

O modelo que nós estamos querendo montar prevê trazer de volta a eletricidade para beneficiar o Vale. Isso, Deputado Sávio, tem muito a ver com o que V.Exa. pensa, com desenvolver o Vale do São Francisco, recuperar, revitalizar o Rio São Francisco. Não se está fazendo nada. A empresa é estatal, mas não faz nada. Deu as costas. Essa é a realidade.

Quanto às eletrointensivas, há um contrato até 2032. Nós vamos preservar esses contratos. Agora, elas têm que aprender — e algumas já estão fazendo — que têm de ser autoprodutoras. O Brasil praticamente acabou com a vantagem competitiva que havia na eletrointensiva, tanto é que está todo mundo indo embora, porque nós passamos a não ter energia competitiva. Há competitiva que faz investimento em hidroelétrica, ou que faz investimento em solar, ou que faz investimento em eólica.

Os preços da energia eólica estão ficando realmente razoavelmente competitivos. Agora, não se pode — e aí, mais uma vez, eu concordo com o Dr. Roberto — pensar que dispensamos as hidroelétricas. As hidroelétricas são a nossa bateria.

Eu disse aqui outro dia e vou repetir que a Presidente Dilma estava certa: nós podemos estocar vento. Ela só se expressou mal. Nós podemos estocar vento, sim. Nós estocamos vento. Se no Nordeste, num domingo, são produzidos 50%, 55% de energia média, firme, do vento, você está deixando de... Sobradinho está sendo comandada não pela necessidade de geração, mas pela necessidade sanitária, porque baixaram de 800 metros cúbicos por segundo para 500 metros cúbicos por segundo. Vocês teriam um lago rapidamente, se não tivessem que manter uma vazão afluente mínima de 500 metros cúbicos por segundo, que já é muito menor do que o necessário.

O problema ecológico que está acontecendo, tanto esse problema da vegetação quanto o da língua salina, é decorrente do fluxo muito baixo.

Sr. Presidente, eu quero dizer que os expositores — o Dr. Ricardo, o Dr. Ildo, o Dr. Roberto — foram muito relevantes.



Acho que a nossa reunião hoje foi bem tranquila e espero que possamos continuar aprofundando esse tema, que é relevante. Não é só uma questão ideológica. Ideologicamente, eu talvez pensasse mais como a Deputada Jô, mas, pragmaticamente, como um homem voltado para a economia, não posso mais ter o saudosismo do tempo em que o setor elétrico brasileiro deu orgulho a mim, a vocês, aos brasileiros e causou inveja lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado.

Em nome da Casa, agradeço pela presença e pelas brilhantes contribuições ao Dr. Roberto, ao Dr. Ildo, ao Dr. Ricardo, às Sras. e aos Srs. Deputados. Agradeço aos jornalistas, aos consultores, aos assessores.

De fato, a reunião foi muito rica. Nós aprendemos muito. O Relator obteve muitos dados. Acho que foi uma das nossas melhores reuniões.

Antes de encerrar, convoco os Srs. Deputados para reunião a ser realizada terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.